



DIÁRIO OFICIAL

Município de Fátima do Sul - MS

Criado pela Lei Municipal Nº. 1.242, de 08 de Outubro de 2018

ANO VI nº. 866 FÁTIMA DO SUL - MS, SEGUNDA-FEIRA, 22 DE MAIO DE 2023

PÁGINA 01 DE 80

PREFEITA

ILDA SALGADO MACHADO

Vice-Prefeito

ALTAIR VIEIRA DE ALBUQUERQUE

Chefe de Gabinete

MARIA JANE DA SILVA BORGES

Secretária Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo

DALVA QUIRINO DA SILVA MARTINS

Secretário Municipal de Assistência Social

ROSEMARY DE FATIMA GOMES MATOZO GONÇALVES,

Secretário Municipal de Finanças e Planejamento

RODRIGO SILVA GARIB

Secretário Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos

JULIÃO BISPO VIEIRA

Secretário Municipal de Gestão Pública

ROGÉRIO KENDI MORIZAKI

Secretária Municipal de Saúde e Higiene Pública

LUDELÇA DORNELES DOS SANTOS

Secretário Distrital

LORIVALDO DIAS DE SANTANA

Procuradora Geral do Município

JACQUELINE COELHO DE SOUZA PRZYLEPA

Controladora Geral do Município

ISABEL INES PIVETA

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA

PORTARIA Nº. 151/2023 DE 19 DE MAIO DE 2023

Dispõe sobre Vacância de Cargo Público por Falecimento de Servidor.

ILDA SALGADO MACHADO, Prefeita Municipal de Fátima do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII e IX, do Artigo 48, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º- Declarar Vago, o Cargo de Servente, Símbolo - SAX-812, ocupado pela Servidora Pública Municipal do quadro efetivos Srª.: JANETE CRAMOLICHE, Matrícula nº. 2000/01, em virtude do seu Falecimento ocorrido no dia 07.05.2023, nos termos do Artigo 57, inciso IX da Lei Complementar nº.006 de 03 de Setembro de 1.990, conforme Certidão de óbito Matrícula nº. 061739.01.55.2023.4.00015.103.000507034 de 12.05.2023.

Art.2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação e ou/afixação com efeito retroativo à 07.05.2023.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE FÁTIMA DO SUL
- MS, aos dezenove dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três

(19.05.2023).

ILDA SALGADO MACHADO
Prefeita Municipal

DEMONSTRATIVOS CONTABILIDADE**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS****EXERCÍCIO DE 2022****1 – INTRODUÇÃO**

Tendo em vista as inovações da Contabilidade no Setor Público, o Poder Executivo Municipal vem adequando-se gradativamente para atender as exigências TCE/MS – Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul.

Assim sendo, os Demonstrativos Contábeis do **PREFEITURA MUNICIPAL**, foram elaborados em conformidade com a Lei 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000 e o MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 9ª edição, atendendo às exigências da STN e do Manual de Peças Obrigatórias (Resolução nº 88, de 03 de outubro 2018), respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na Legislação vigente e Normas do Conselho Federal de Contabilidade e em conformidade a NOTA TÉCNICA CNM Nº 03/2022 – CNM (Confederação Nacional dos Municípios).

Além dessas informações de caráter geral, este documento também contém explicações e demonstrações contábeis do Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstrações das Variações Patrimoniais e Demonstrações dos Fluxos de Caixa. Todos os registros contábeis do exercício financeiro 2022, foram executados através de sistema informatizado, fornecido por Staf Sistemas Ltda, que tem como atividade principal o desenvolvimento e locação de software, cuja ferramenta é adequado ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

2 – INFORMAÇÕES DA NOTA EXPLICATIVA**2.1) INFORMAÇÕES GERAIS:**

a) A PREFEITURA MUNICIPAL DE FÁTIMA DO SUL/MS, é dotada de personalidade jurídica de direito público e de autonomia administrativa, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, sobre o CNPJ 03.155.751/0001-75.

b) Localizada na Rua Ipiranga, 800, Centro – cidade de Fátima do Sul/MS.

c) Principais Atividades da entidade é exercer funções, receber e distribuir recursos financeiros para realização de atividades ou projetos municipais específicos, conforme a lei de criação de 21 de janeiro de 1974.

d) A Contabilidade Aplicada ao Setor Público tem como objetivo fornecer aos seus usuários informações sobre os resultados alcançados e outros dados de natureza orçamentária, econômica, patrimonial e financeira da entidade do setor público, em apoio ao processo de tomada de decisão, à adequada prestação de contas, à transparência da gestão fiscal e à instrumentalização do controle social.

e) Este órgão Municipal, controla apenas a unidade Prefeitura Municipal.

f) O Orçamento da Prefeitura Municipal de Fátima do Sul/MS, foi aprovado conforme a Lei nº 1.320 de 16/12/2021, para o exercício de 2022, fixou a receita no valor de R\$ 81.000.000,00 (oitenta e um milhões de reais) e a Despesa em R\$ 81.000.000,00 (oitenta e um milhões de reais) para os dispêndios de custeios e investimento de despesas normais.

NOTA 3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1) PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: As Demonstrações Contábeis deste fundo Municipal, a seguir transcritas, contemplam a execução do Orçamento Fiscal, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2022, e constituem-se dos Balanços Patrimonial, Orçamentário, Financeiro, das Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira e contábil. Foram elaboradas em conformidade com a Lei nº. 4.320/64 e suas alterações e em conformidade com as NBCASP e PCASP vigente. Aos registros contábeis adotou-se o regime de caixa para as transferências recebidas fundo a fundo e receitas e de competência para as despesas realizadas.

As principais políticas contábeis adotadas são:

- **As disponibilidades de caixa**, são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, as aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original e atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.
- **Os estoques de materiais de consumo**, bem como suas saídas são avaliados com base no valor de aquisição.

- **Os gastos de distribuição**, de administração geral e financeiros são considerados como despesas do período em que ocorrerem.

- **O ativo imobilizado**, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação. No tocante ao registro contábil dos bens imóveis, a política de gestão e controle patrimonial é de centralização dos bens da administração direta na unidade gestora do Fundo Patrimonial.

- **O ativo intangível**, corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. É mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição ou de produção, ou, ainda, pelo custo estimado de reposição na mensuração de softwares preexistentes. Em se tratando de ativos intangíveis obtidos a título gratuito, o valor inicial é o resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação.

- O **método adotado de depreciação dos bens móveis foi o linear** que considera que o bem será usado de forma constante durante toda a sua vida útil, e que não haverá mudança no valor residual. No caso deste, a classe do imobilizado teve sua vida útil econômica de 10 anos, e o valor residual de 10%, conforme o processo de convergência da contabilidade pública municipal parte 2 da CNM, onde nesta mesma portaria diz que normalmente, os bens em uso na atividade operacional de um Município apresentam padrão de consumo uniforme, razão pela qual recomenda-se o uso do método linear, de fácil aplicação, onde são fixadas taxas constantes de depreciação ao longo do tempo de vida útil. **(caso tenha depreciação)**. As relações dos itens depreciados podem ser constatadas no **PDF nº 102 (Documentos Complementares)**.

- **Restos a Pagar**, os restos a pagar não processados e inscritos em exercícios anteriores e não liquidados até 31/12/2022, foram cancelados, com base no decreto do encerramento do exercício (refere-se aos procedimentos de fechamento anual orçamentário, financeiro e contábil a serem adotados pelos órgãos) Nº 102/2022 de 26 de outubro de 2022.

Os restos a pagar processados inscritos em exercício, quando liquidados, permanecem com status de restos a pagar processados a pagar, não foram cancelados em 31/12/2022 e permaneceram registrados no passivo financeiro.

- **Contabilização das Retenções para Fins Orçamentários**, O município adota a política contábil de registro das retenções na conta Crédito Empenhado

Liquidado Pago no momento da retenção. Ou seja, orçamentariamente, a parte da despesa relativa à retenção é considerada paga no momento em que se efetua a retenção, pois se considera que a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro. O MCASP faculta aos entes a política contábil para o registro orçamentário de suas retenções.

- **Apuração do Resultado**, os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes, sendo as receitas orçamentárias reconhecidas pelo regime de caixa e as despesas orçamentárias pelo empenho no exercício. Já as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas são inscritas em restos a pagar. As variações patrimoniais aumentativas e diminutivas foram reconhecidas de acordo com o seu fato gerador, quando não reportado de forma diversa.

NOTA 4 – BASE DE MENSURAÇÃO

4.1) BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com observância dos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Portarias da STN (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público), as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) expedidas pela STN, e demais disposições normativas vigentes.

A estrutura e a composição das demonstrações contábeis geradas através do XML e PDF disponibilizadas pelo TCE/MS estão de acordo com as bases constituídas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, essas demonstrações são compostas por:

- Anexo 12 Balanço Orçamentário;
- Anexo 13 Balanço Financeiro;
- Anexo 14 Balanço Patrimonial;
- Anexo 15 Demonstrativo das Variações Patrimoniais
- Anexo 17 Demonstrativo da Dívida Flutuante
- Anexo 18 Demonstrativo dos Fluxos de Caixa
- Documentos complementares.

NOTA 5 – OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**5.1) Cadastro dos Responsáveis:**

RESPONSABILIDADE	NOME	CPF	PERÍODO
PREFEITO	Ilda Salgado Machado	559.007.201-87	01/01/21-31/12/24
CONTROLADOR INTERNO	Isabel Inês Pivetta	480.791.381-68	05/01/21-31/12/24
CONTADOR	Luiz Gonzaga Guimarães Wanderley	308.857.791-34	01/01/21-31/12/24
PROCURADOR JURIDICO	Bruno Henrique Caetano dos Santos	070.038.609-29	10/03/21-31/12/24

As documentações pertinentes a comprovações das nomeações dos responsáveis, encontra-se anexo ao Balanço.

NOTA 6 – NOTA EXPLICATIVA ANEXO 12 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

6.1) Demonstrativos da Receita Orçamentária: A receita estimada para a prefeitura municipal foi de R\$ 81.000.000,00 (oitenta e um milhões de reais), e a efetivamente executada/arrecadada foi no valor de R\$ 104.454.661,36 (cento e quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e um reais e trinta e seis centavos) que corresponde 128,96% da receita total prevista.

CLASSIFICAÇÃO	PREVISÃO ORÇADA	%	EXECUTADA	%
RECEITAS CORRENTES	76.265.000,00	94,15	92.711.015,75	87,28
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	8.044.000,00		10.662.366,35	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	7.290.000,00		7.659.149,03	
RECEITA PATRIMONIAL	815.000,00		1.974.910,39	
RECEITA DE SERVIÇOS	360.000,00		335.715,29	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	57.054.000,00		68.175.887,11	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.702.000,00		3.902.987,58	
RECEITAS DE CAPITAL	4.735.000,00	5,85	11.743.645,61	11,05
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO	0,00		0,00	
DÉFICIT	-	-	1.769.964,07	1,67
TOTAL	81.000.000,00	100,00	106.224.625,43	100,00
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	-	4.321.500,54	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	-	4.321.500,54	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-

6.2) Demonstrativos Despesas Orçamentárias por Grupo; as despesas orçamentárias empenhadas do período corresponderam a R\$ 106.224.625,43 (cento e seis milhões, duzentos e vinte e quatro mil, seiscentos e vinte e cinco reais e quarenta e três centavos). Desse valor, R\$ 81.787.688,48 (oitenta e um milhões, setecentos e oitenta e sete mil, seiscentos e oitenta e oito reais e quarenta e oito centavos) referem-se às despesas correntes, e R\$ 24.436.936,95 (vinte e quatro milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, novecentos e trinta e seis reais e noventa e cinco centavos) diz respeito às despesas de capital.

DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL	CREDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADADA	DESPESA PAGA
3 – DESPESAS CORRENTES	67.196.000,00	17.258.389,45	84.454.389,45	81.787.688,48	81.073.249,83	80.221.816,59
4 – DESPESAS DE CAPITAL	8.167.000,00	20.262.024,17	28.429.024,17	24.436.936,95	16.235.118,53	15.594.038,53
9 – RESERVA DE CONTIGENCIA	5.637.000,00	-2.208.500,00	3.428.500,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	81.000.000,00	35.311.913,62	116.311.913,62	106.224.625,43	97.308.368,36	95.815.855,12
GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS						
1 – PESSOAL E ENCARGOS	42.062.000,00	11.031.789,27	53.093.789,27	52.346.873,61	52.339.816,17	51.856.316,63
2 – JUROS E ENCARGOS DE DIVIDA	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES	25.124.000,00	6.236.600,18	31.360.600,18	29.440.814,87	28.733.433,66	28.365.499,96
4 – INVESTIMENTOS	6.666.000,00	19.861.176,09	26.527.176,09	22.577.066,11	14.375.247,69	13.734.167,69
5 – INVERSOES FINANCEIRAS	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
6 – AMORTIZAÇÃO DE DIVIDA	1.500.000,00	400.848,08	1.900.848,08	1.859.870,84	1.859.870,84	1.859.870,84
9 – RESERVA DE CONTIGENCIA	5.637.000,00	-2.208.500,00	3.428.500,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	81.000.000,00	35.321.913,62	116.311.913,62	106.224.625,43	97.308.368,36	95.815.855,12

6.3) Demonstrativo de abertura de Créditos adicionais; conforme demonstrativo a baixo, foram abertos créditos adicionais em atendimento ao art. 42 e art. 43, §1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, e a despesa inicialmente fixada de R\$ 81.000.000,00 foi alterada para R\$ 116.311.913,62.

Evidenciamos que o valor de dotação orçamentaria suplementado por Superávit de R\$ 4.553.526,16 e por excesso R\$ 30.758.387,46, perfazendo um aumento da dotação inicial da atualizada no orçamento, no valor de R\$ 35.311.913,62.

NOTA 7 – NOTA EXPLICATIVA DO ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

O balanço financeiro tem como finalidade evidenciar as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas por fonte/destinação de recursos. Destaca, ainda, os ingressos e dispêndios extra-orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que transferem para o início do exercício seguinte.

Nos ingressos (entradas) houve receitas orçamentárias no valor de R\$ 104.454.661,36 (cento e quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e um reais e trinta e seis centavos), transferências financeiras recebidas no valor de R\$ 17.536.800,72 (dezessete milhões, quinhentos e trinta e seis mil, oitocentos reais e setenta e dois centavos) a título de repasse interferências financeiras entre entidades de janeiro a dezembro de 2022. Houve recebimentos extra-orçamentários no valor de R\$ 27.972.330,80 (vinte e sete milhões, novecentos e setenta e dois mil, trezentos e trinta reais e oitenta centavos).

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS (I)	104.454.661,36	82.077.044,70	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS (VI)	106.224.625,43	70.399.850,28
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	17.536.800,72	13.999.005,15	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	17.539.289,68	13.974.785,15
RECEBIMENTOS EXTRAS-ORÇAMENTÁRIOS (III)	27.972.330,80	27.579.545,36	PAGAMENTOS EXTRAS-ORÇAMENTÁRIOS (VIII)	18.270.992,78	24.966.215,88
SALDOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	41.117.226,51	27.278.947,49	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	49.046.111,50	41.593.691,39
TOTAL (V)	191.081.019,39	150.934.542,70	TOTAL (X)	191.081.019,39	150.934.542,70

Nos dispêndios (saídas) o valor das despesas orçamentárias corresponde ao valor de R\$ 106.224.625,43 (conforme anexo 11 – despesas empenhadas/liquidadas e demonstrado no item 6.2 desta nota explicativa). Houve transferências financeiras concedidas no valor de R\$ 17.539.289,68. E os pagamentos extraorçamentários no valor de R\$ 18.270.992,78 (dezoito milhões, duzentos e setenta mil, novecentos e noventa e dois reais e setenta e oito centavos).

O saldo contábil apresentado na conta do exercício anterior (2021) em Caixa e equivalentes de Caixa foi de R\$ 41.593.691,39, assim como saldo bancário do exercício 2022 no extrato bancário demonstrou saldo total de R\$ 49.046.111,50 (quarenta e nove milhões, quarenta e seis mil, cento e onze reais e cinquenta centavos), **conforme comprovante anexado em PDF ao item 104 extrato bancário com saldo em 31 de dezembro 2022.**

NOTA 8 – NOTA EXPLICATIVA DO ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

O balanço patrimonial evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública ao final do exercício, e esse é o principal anexo de um órgão em função da dimensão e da natureza dos valores envolvidos nos ativos e passivos.

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ATIVO CIRCULANTE	49.979.102,01	41.974.313,92	PASSIVO CIRCULANTE	6.149.008,06	7.518.428,67
ATIVO NÃO CIRCULANTE	82.317.810,69	56.325.161,08	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	61.805.623,04	34.548.328,07
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	64.342.281,60	56.232.718,26
TOTAL	132.296.912,70	98.299.475,00	TOTAL	132.296.912,70	98.299.475,00

ATIVO - Compreende os recursos controlados por uma entidade como consequência de eventos passados e dos quais se espera que fluam benefícios econômicos ou potencial de serviços futuros a unidade.

ATIVO CIRCULANTE - R\$ 49.979.102,01

1.1.1.0.0.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa – R\$ 49.610.148,48, compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

1.1.3.8.1.0.00.00 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo – R\$ 77.436,82, compreende valores diversos, tais como valores a receber por demais transações realizáveis no curto prazo de fornecedores e pessoal, contribuições e impostos a recolher e depósitos.

1.1.5.0.0.00.00 – Estoques – R\$ 291.516,71, compreende o valor de bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

ATIVO NÃO CIRCULANTE - R\$ 82.317.810,69

1.2.1.1.1.04.00 – Dívida Ativa Tributária – R\$ 14.717.913,79, compreende os créditos provenientes de impostos, taxas, contribuições, empréstimos compulsórios, além dos acréscimos legais, tais como multas fiscais, juros de mora e atualização monetária, vinculados à dívida principal, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular;

1.2.1.1.2.06.04 - Créditos Previdenciários do RPPS Parcelados – Patronal – R\$ 3.215.352,77 – Registra os valores relativos aos créditos a receber, decorrentes de créditos previdenciários parcelados do RPPS, provenientes de contribuições patronais;

1.2.3.1.1.00.00 - Bens Móveis – R\$ 14.434.205,32, compreende o valor da aquisição ou incorporação de bens corpóreos, que tem existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substância ou da destinação econômico-social, que constituam meio para a produção de outros bens ou serviços.

1.2.3.2.1.00.00 - Bens Imóveis consolidação – R\$ 49.949.890,22, compreende o valor dos bens imóveis, os quais são bens vinculados ao solo e que não podem ser retirados sem destruição ou dano, destinados ao uso e que a entidade não esteja explorando comercialmente.

1.2.3.8.1.00.00 – (-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas – R\$ 6.406,94, compreende a diminuição do valor dos elementos do ativo imobilizado, bens móveis, devido a desgaste pelo uso, ação da natureza ou obsolescência, à depreciação realizada pelo método de depreciação linear, que consiste em dividir o total a depreciar pelo número de anos de vida útil do bem. A relação completa do Livro Inventário e as Depreciações podem ser verificados **Vide relação completa dos bens no PDF nº 102 (Documentos Complementares).**

PASSIVO - Passivo compreende as obrigações existentes da entidade oriundas de eventos passados de cuja liquidação se espera que resulte em fluxo de saída de recursos que incorporem benefícios econômicos ou serviços em potencial. Patrimônio líquido compreende a diferença entre o ativo e o passivo.

PASSIVO CIRCULANTE – R\$ 6.149.008,06

2.1.1.1.1.00.00 – Pessoal a Pagar – Consolidação – R\$ 1.161.640,99, compreende/registra as obrigações referente a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor teria direito, quando pagos em data posterior forem incorridos;

2.1.3.1.1.00.00 – Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo – R\$ 1.188.967,40, compreende as obrigações junto a fornecedores nacionais de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços;

2.1.8.0.0.00.00 - Demais Obrigações a Curto Prazo – Consolidação – R\$ 3.781.364,13, compreende valores diversos, tais como valores retidos de fornecedores e pessoal, contribuições e impostos a recolher e depósitos e cauções recebidos.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE – R\$ 61.805.623,04

2.2.3.0.0.0.00.00 – Fornecedores e contas a pagar a longo prazo – R\$ 184.335,37 - compreende as obrigações junto aos fornecedores de matéria prima, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade;

2.2.7.2.0.00.00 – Provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo – R\$ 50.481.510,46 - compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, relacionados a futuros benefícios previdenciários a serem pagos aos contribuintes, com probabilidade de ocorrerem a longo prazo.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO – R\$ 64.342.281,60

2.3.7.1.1.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício – R\$ 8.109.563,34, corresponde ao resultado do período, apurado no Anexo 15 – Demonstração das variações Patrimoniais;

2.3.7.1.1.02.00 - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores – R\$ 56.232.718,26, corresponde ao resultado apurado no exercício anterior.

NOTA 9 – NOTA EXPLICATIVA DO ANEXO 15 – DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas e das variações patrimoniais diminutivas. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta apuração. Após apuração, o resultado é transferido para conta Superávit/Déficit do Exercício (anexo 14).

As Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA), equivaleram ao valor de R\$ 139.191.254,67 (cento e trinta e nove milhões, cento e noventa e um mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e sete centavos).

VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA (I)	R\$139.191.254,67
4.1 – Impostos, taxas e contribuições de melhoria	18.102.742,36
4.2 – Contribuições	7.659.149,03
4.3 - Exploração e venda de bens, serviços e direitos	335.715,29
4.4 - Variações patrimoniais aumentativas financeiras	1.976.907,99
4.5 - Transferências e delegações recebidas (4.5.1 transferências recebidas a título de duodécimo).	97.982.494,24
4.6 - Valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos (4.6.1. Reavaliação de ativos, ganhos com alienações, 4.6.2. Ganhos com alienações, 4.6.3. Incorporações, 4.6.4. Ganhos com desincorporação de passivos);	2.573.550,81
4.7 - Outras variações patrimoniais aumentativas;	10.560.694,95

Já o valor das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) de R\$ 131.081.691,33 (cento e trinta e um milhões, oitenta e um mil, seiscentos e noventa e um reais e trinta e três centavos), correspondem a soma de:

VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA (II)	R\$131.081.691,33
3.1 - Pessoal e Encargos (composto pela liquidação dos elementos de despesa 3.1.90.11, 3.1.91.13 e 3.1.90.13);	48.666.649,93
3.2 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais (Aposentadorias, Pensões, benefícios continuados, benefícios eventuais);	5.385.381,24
3.3.1 - Uso de material de consumo (composto pela liquidação do elemento de despesa 3.3.90.30 menos o valor em almoxarifado em 31/12/2021);	10.096.114,29
3.3.2 - Serviços (composto pelos elementos de despesa: 3.3.90.14, 3.3.90.36, 3.3.90.39);	12.331.642,71
3.3.3 - Depreciação, Amortização e exaustão;	6.406,94
3.4 - Variações patrimoniais Diminutivas Financeiras;	2.292,21
3.5 - Transferências e Delegações concedidas	25.036.847,63
3.6 - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação Passivos (baixas de bens, perdas e reavaliações);	649.248,90
3.7 – Tributárias;	897.157,13
3.8 – Custo das mercadorias vendidas, dos produtos vendidos e dos serviços prestados;	0,00
3.9 – Outras variações patrimoniais diminutivas;	28.009.950,35
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I – II)	R\$ 8.109.563,34

Em 31/12/2022 após apuração VPA menos VPD, o resultado patrimonial apurado do período foi de R\$ 8.109.563,34 (oito milhões, cento e nove mil, quinhentos e sessenta e três reais e trinta e quatro centavos).

NOTA 10 – NOTA EXPLICATIVA DO ANEXO 17 – DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

Nas colunas de movimento do exercício, os valores apresentados como inscrições representam os valores de restos a pagar inscritos no exercício, já o somatório das retenções representa as consignações retidas no mesmo período, contudo na coluna de baixas, representam o somatório dos pagamentos realizados ou cancelados na execução **(Referente ao detalhamento dos restos a pagar inscritos, pagos e cancelados podemos evidenciar nos itens XML 20; 21; 22;).**

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO			SALDOS PARA EXERCÍCIO SEGUINTE
		RETENÇÕES / INSCRIÇÃO	BAIXA POR PAGAMENTOS	BAIXA POR CANCELAMENTOS	
RESTOS A PAGAR	6.931.693,61	10.408.770,31	3.425.872,09	2.667.491,66	11.247.100,17
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	3.925.519,20	1.492.513,24	486.307,39	2.600.881,95	2.330.843,10
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	3.006.174,41	8.916.257,07	2.939.564,70	66.609,71	8.916.257,07
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES	561.575,41	8.764.032,40	8.514.201,95	0,00	811.405,86
DÉBITOS DE TESOURARIA	3.037.340,66	5.390.168,41	5.457.550,80	0,00	2.969.958,27
TOTAL	10.530.609,68	26.422.841,96	19.257.495,68	2.667.491,66	15.028.464,30

NOTA 11 – NOTA EXPLICATIVA DO ANEXO 18 – DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA

A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) é elaborada pelo método direto e evidencia as alterações de caixa e equivalentes de caixa verificadas no exercício de referência, classificadas em fluxo de atividades das operações, de investimentos e de financiamento.

Os ingressos dos fluxos das operações compreendem as receitas arrecadadas pelo seu valor líquido relativas às atividades operacionais, as transferências recebidas e os outros ingressos operacionais. Houve ingressos no valor de R\$ 137.474.610,29 (cento e trinta e sete milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil, seiscientos e dez reais e vinte e nove centavos).

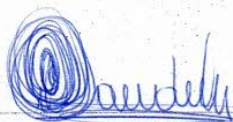
Já os desembolsos das operações evidenciam as despesas pagas relativas às atividades operacionais, as transferências concedidas e os outros desembolsos operacionais, onde pode ser verificado um total de R\$ 112.445.827,94 (cento e doze milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e vinte e sete reais e noventa e quatro centavos), sendo que os valores correspondem: R\$ 72.776.558,76 (setenta e dois milhões, setecentos e setenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e setenta e seis centavos) a pessoal e demais despesas, R\$ 8.596.594,86 (oito milhões, quinhentos e noventa e seis mil, quinhentos e noventa e quatro reais e oitenta e seis centavos) a transferências concedidas e R\$ 31.072.674,32 de outros desembolsos operacionais, assim perfazendo um fluxo de caixa líquido R\$ 25.028.782,35 (vinte e cinco milhões, vinte e oito mil, setecentos e oitenta e dois mil e trinta e cinco centavos).

Já no fluxo de caixa das atividades e investimentos houve aquisição de material permanente no valor de R\$ 15.152.489,62 e outros desembolsos de investimento de R\$ 276.537,00, perfazendo um fluxo de caixa líquido - R\$ 15.152.489,62.

Nas atividades de financiamento, houve outros desembolsos de financiamentos no montante de R\$ 1.859.870,84, gerando um fluxo de caixa de financiamento de - R\$ 1.859.870,84.

Assim, encerra-se a geração líquida de caixa e equivalente de caixa em R\$ 8.016.421,89 (oito milhões, dezesseis mil, quatrocentos e vinte e um mil reais e oitenta e nove centavos). Considerando o Caixa e Equivalente de Caixa Inicial de R\$ 41.593.691,39, o caixa e equivalente de caixa final é de R\$ 49.046.111,50 (quarenta e nove milhões, quarenta e seis mil, cento e onze reais e cinquenta centavos) em conformidade com o ativo circulante no anexo 14.

Fátima do Sul – MS, 31 de dezembro de 2022.



Luiz Gonzaga Guimarães Wanderley
Contador (a)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIO DE 2022

1 – INTRODUÇÃO

Tendo em vista as inovações da Contabilidade no Setor Público, o Poder Executivo Municipal vem adequando-se gradativamente para atender as exigências TCE/MS – Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul.

Assim sendo, os Demonstrativos Contábeis do **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**, foram elaborados em conformidade com a Lei 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000 e o MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 9ª edição, atendendo às exigências da STN e do Manual de Peças Obrigatórias (Resolução nº 88, de 03 de outubro 2018), respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na Legislação vigente e Normas do Conselho Federal de Contabilidade e em conformidade a NOTA TÉCNICA CNM Nº 03/2022 – CNM (Confederação Nacional dos Municípios) .

Além dessas informações de caráter geral, este documento também contém explicações e demonstrações contábeis do Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstrações das Variações Patrimoniais e Demonstrações dos Fluxos de Caixa. Todos os registros contábeis do exercício financeiro 2022, foram executados através de sistema informatizado, fornecido por Staf Sistemas Ltda, que tem como atividade principal o desenvolvimento e locação de software, cuja ferramenta é adequado ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

2 – INFORMAÇÕES DA NOTA EXPLICATIVA

2.1) INFORMAÇÕES GERAIS:

a) O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL/MS, é dotada de personalidade jurídica de direito público e de autonomia administrativa, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, sobre o CNPJ 03.155.751/0001-75.

b) Localizada na Rua Ipiranga, 800, Centro – cidade de Fátima do Sul/MS.

- c) Principais Atividades da entidade é exercer funções, receber e distribuir recursos financeiros para realização de atividades ou projetos municipais específicos, conforme a lei de criação do fundo 467 de 05 de novembro de 1985.
- d) A Contabilidade Aplicada ao Setor Público tem como objetivo fornecer aos seus usuários informações sobre os resultados alcançados e outros dados de natureza orçamentária, econômica, patrimonial e financeira da entidade do setor público, em apoio ao processo de tomada de decisão, à adequada prestação de contas, à transparência da gestão fiscal e à instrumentalização do controle social.
- e) Este órgão Municipal, controla apenas a unidade Fundo Municipal de Assistência Social/MS.
- f) O Orçamento do Fundo Municipal de Investimento Social de Fátima do Sul/MS, foi aprovado conforme a Lei nº 1.320 de 16/12/2021, para o exercício de 2022, fixou a receita no valor de R\$ 712.000,00 (setecentos e doze mil reais) e a Despesa em R\$ 2.111.000,00 (dois milhões, cento e onze mil reais) para os dispêndios de custeios e investimento de despesas normais.

NOTA 3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1) PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: As Demonstrações Contábeis deste fundo Municipal, a seguir transcritas, contemplam a execução do Orçamento Fiscal, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2022, e constituem-se dos Balanços Patrimonial, Orçamentário, Financeiro, das Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira e contábil. Foram elaboradas em conformidade com a Lei nº. 4.320/64 e suas alterações e em conformidade com as NBCASP e PCASP vigente. Aos registros contábeis adotou-se o regime de caixa para as transferências recebidas fundo a fundo e receitas e de competência para as despesas realizadas.

As principais políticas contábeis adotadas são:

- **As disponibilidades de caixa**, são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, as aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original e atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.
- **Os estoques de materiais de consumo**, bem como suas saídas são avaliados com base no valor de aquisição.

- **Os gastos de distribuição**, de administração geral e financeiros são considerados como despesas do período em que ocorrerem.

- **O ativo imobilizado**, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação. No tocante ao registro contábil dos bens imóveis, a política de gestão e controle patrimonial é de centralização dos bens da administração direta na unidade gestora do Fundo Patrimonial.

- **O ativo intangível**, corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. É mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição ou de produção, ou, ainda, pelo custo estimado de reposição na mensuração de softwares preexistentes. Em se tratando de ativos intangíveis obtidos a título gratuito, o valor inicial é o resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação.

- **O método adotado de depreciação dos bens móveis foi o linear** que considera que o bem será usado de forma constante durante toda a sua vida útil, e que não haverá mudança no valor residual. No caso deste, a classe do imobilizado teve sua vida útil econômica de 10 anos, e o valor residual de 10%, conforme o processo de convergência da contabilidade pública municipal parte 2 da CNM, onde nesta mesma portaria diz que normalmente, os bens em uso na atividade operacional de um Município apresentam padrão de consumo uniforme, razão pela qual recomenda-se o uso do método linear, de fácil aplicação, onde são fixadas taxas constantes de depreciação ao longo do tempo de vida útil. **(caso tenha depreciação)**. As relações dos itens depreciados podem ser constatadas no **PDF nº 102 (Documentos Complementares)**.

- **Restos a Pagar**, os restos a pagar não processados e inscritos em exercícios anteriores e não liquidados até 31/12/2022, foram cancelados, com base no decreto do encerramento do exercício (refere-se aos procedimentos de fechamento anual orçamentário, financeiro e contábil a serem adotados pelos órgãos) Nº 102/2022 de 26 de outubro de 2022.

Os restos a pagar processados inscritos em exercício, quando liquidados, permanecem com status de restos a pagar processados a pagar, não foram cancelados em 31/12/2022 e permaneceram registrados no passivo financeiro.

- **Contabilização das Retenções para Fins Orçamentários**, O município adota a política contábil de registro das retenções na conta Crédito Empenhado Liquidado Pago no momento da retenção. Ou seja, orçamentariamente, a parte da despesa relativa à retenção é considerada paga no momento em

que se efetua a retenção, pois se considera que a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro. O MCASP faculta aos entes a política contábil para o registro orçamentário de suas retenções.

- **Apuração do Resultado**, os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes, sendo as receitas orçamentárias reconhecidas pelo regime de caixa e as despesas orçamentárias pelo empenho no exercício. Já as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas são inscritas em restos a pagar. As variações patrimoniais aumentativas e diminutivas foram reconhecidas de acordo com o seu fato gerador, quando não reportado de forma diversa.

NOTA 4 – BASE DE MENSURAÇÃO

4.1) BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com observância dos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Portarias da STN (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público), as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) expedidas pela STN, e demais disposições normativas vigentes.

A estrutura e a composição das demonstrações contábeis geradas através do XML e PDF disponibilizadas pelo TCE/MS estão de acordo com as bases constituídas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, essas demonstrações são compostas por:

- Anexo 12 Balanço Orçamentário;
- Anexo 13 Balanço Financeiro;
- Anexo 14 Balanço Patrimonial;
- Anexo 15 Demonstrativo das Variações Patrimoniais
- Anexo 17 Demonstrativo da Dívida Flutuante
- Anexo 18 Demonstrativo dos Fluxos de Caixa
- Documentos complementares.

NOTA 5 – OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

5.1) Conselho Municipal: O conselho municipal do fundo, nomeado através do decreto nº 127/gp/20, de 28 de outubro de 2020, reuniram-se, e aprovaram

as contas do exercício por Unanimidade, devido apresentação dos balancetes mensais de receitas e despesas, através do parecer anexo.

5.2) Cadastro dos Responsáveis:

RESPONSABILIDADE	NOME	CPF	PERÍODO
PREFEITO	Ilda Salgado Machado	559.007.201-87	01/01/21-31/12/24
ORDENADOR DESPESA	Rosemary de Fátima Gomes Matozo Gonçalves	405.505.591-91	01/02/22-31/12/24
CONTROLADOR INTERNO	Isabel Inês Pivetta	480.791.381-68	05/01/21-31/12/24
CONTADOR	Luiz Gonzaga Guimarães Wanderley	308.857.791-34	01/01/21-31/12/24
PROCURADOR JURIDICO	Bruno Henrique Caetano dos Santos	070.038.609-29	10/03/21-31/12/24

As documentações pertinentes a comprovações das nomeações dos responsáveis, encontra-se anexo ao balanço.

NOTA 6 – NOTA EXPLICATIVA ANEXO 12 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

6.1) Demonstrativos da Receita Orçamentária: A receita estimada para a Fundo municipal, foi de R\$ 712.000,00 (setecentos e doze mil reais), e a efetivamente executada/arrecadada foi no valor de R\$ 757.416,42 (setecentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e dezesseis reais e quarenta e dois centavos) que corresponde 106,37% da receita total prevista.

CLASSIFICAÇÃO	PREVISÃO ORÇADA	%	EXECUTADA	%
RECEITAS CORRENTES	642.000,00	90,16	463.734,42	61,22
RECEITA PATRIMONIAL	11.000,00		74.327,98	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	631.000,00		381.566,44	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES			7.840,00	
RECEITAS DE CAPITAL	70.000,00	9,83	293.682,00	38,77
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO				
DÉFICIT	0,0	-	7.434,18	
TOTAL	712.000,00	100,00	757.416,42	100,00
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)				
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais			53.547,06	
Reabertura de Créditos Adicionais				

6.2) Demonstrativos Despesas Orçamentárias por Grupo; as despesas orçamentárias empenhadas do período corresponderam a R\$ 2.551.626,90 (dois milhões quinhentos e cinquenta e um mil, seiscentos e vinte seis reais e noventa centavos). Desse valor, R\$ 2.431.108,90 (dois milhões quatrocentos e trinta e um mil, cento e oito reais e noventa centavos) referem-se às despesas correntes.

DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADADA	DESPESA PAGA
3 – DESPESAS CORRENTES	2.023.000,00	408.108,90	2.431.108,90	1.820.841,16	1.804.787,91	1.793.436,52
4 – DESPESAS DE CAPITAL	88.000,00	32.518,00	120.518,00	25.439,00	25.439,00	25.439,00

9 - RESERVA DE CONTIGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.111.000,00	440.626,90	2.551.626,90	1.846.280,16	1.830.226,91	1.818.875,52
GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS						
1 - PESSOAL E ENCARGOS	1.040.500,00	-232.694,00	807.806,00	579.080,67	579.080,67	567.729,28
2 - JUROS E ENCARGOS DE DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	982.500,00	640.802,90	1.623.302,90	1.241.760,49	1.225.707,24	1.225.707,24
4 - INVESTIMENTOS	88.000,00	32.518,00	120.518,00	25.439,00	25.439,00	25.439,00
5 - INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 - AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9 - RESERVA DE CONTIGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.111.000,00	440.626,90	2.551.626,90	1.846.280,16	1.830.226,91	1.818.875,52

6.4) Demonstrativo de abertura de Créditos adicionais; conforme demonstrativo a baixo, foram abertos créditos adicionais em atendimento ao art. 42 e art. 43, §1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, e a despesa inicialmente fixada de R\$ 178.000,00 foi alterada para R\$ 179.500,00.

DECRETO	TIPO	ANULAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	VALOR
4.022	Suplementar por Anulação	6.000,00	6.000,00	0,00
11.022	Suplementar por Anulação	34.500,00	34.500,00	0,00
12.922	Suplementar por Anulação	9.000,00	9.000,00	0,00
TOTAL		49.500,00	49.500,00	0,00

Evidenciamos que não houve alteração no valor da dotação inicial da atualizada no orçamento.

NOTA 7 – NOTA EXPLICATIVA DO ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

O balanço financeiro tem como finalidade evidenciar as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas por fonte/destinação de recursos. Destaca, ainda, os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que transferem para o início do exercício seguinte.

Nos ingressos (entradas) houve receitas orçamentárias no valor de R\$ 1.870.169,60 (um milhão oitocentos e setenta mil, cento e sessenta e nove reais e sessenta centavos).

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS (I)	757.416,42	326.048,47	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS (VI)	1.846.280,16	1.229.543,29
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	975.918,09	842.862,16	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	0,00	0,00
RECEBIMENTOS EXTRAS-ORÇAMENTÁRIOS (III)	136.835,09	131.021,29	PAGAMENTOS EXTRAS-ORÇAMENTÁRIOS (VIII)	169.108,59	119.511,67
SALDOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	909.796,43	958.919,47	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	764.577,28	909.796,43
TOTAL (V)	2.779.966,03	2.258.851,39	TOTAL (X)	2.779.966,03	2.258.851,39

Nos dispêndios (saídas) o valor das despesas orçamentárias corresponde ao valor de R\$ 2.015.388,75 (dois milhões e quinze mil, trezentos e oitenta e oito

reais e setenta e cinco centavos), (conforme anexo 11 – despesas empenhadas/liquidadas e demonstrado no item 6.2 desta nota explicativa). Não houve transferências financeiras concedidas. E os pagamentos extraorçamentários a títulos de consignações no valor de R\$ 169.108,59 (cento e sessenta e nove mil, cento e oito reais e cinquenta e nove centavos).

O saldo contábil apresentado na conta do exercício anterior (2021) em Caixa e equivalentes de Caixa foi de R\$ 909.796,43, assim como saldo bancário do exercício 2022 no extrato bancário demonstrou saldo total de R\$ 764.577,28 (Setecentos e sessenta e quatro mil, quinhentos setenta e sete vinte e oito centavos), **(conforme comprovante anexado em PDF ao item 104 extrato bancário com saldo em 31 de dezembro 2022).**

NOTA 8 – NOTA EXPLICATIVA DO ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

O balanço patrimonial evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública ao final do exercício, e esse é o principal anexo de um órgão em função da dimensão e da natureza dos valores envolvidos nos ativos e passivos.

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ATIVO CIRCULANTE	764.577,28	909.796,43	PASSIVO CIRCULANTE	123.354,28	171.681,03
ATIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00
			PATRIMONIO LIQUIDO	641.223,00	738.115,40
TOTAL	764.577,28	909.796,43	TOTAL	764.577,28	909.796,43

ATIVO - Compreende os recursos controlados por uma entidade como consequência de eventos passados e dos quais se espera que fluam benefícios econômicos ou potencial de serviços futuros a unidade.

ATIVO CIRCULANTE- R\$ 764.577,28

1.1.1.0.0.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa – R\$ 764.577,28, compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

ATIVO NÃO CIRCULANTE - R\$ 0,00

PASSIVO - Passivo compreende as obrigações existentes da entidade oriundas de eventos passados de cuja liquidação se espera que resulte em fluxo de saída de recursos que incorporem benefícios econômicos ou serviços em

potencial. Patrimônio líquido compreende a diferença entre o ativo e o passivo.

PASSIVO CIRCULANTE – R\$ 123.354,28

2.1.1.1.1.00.00 – Pessoal a Pagar – Consolidação – R\$ 27.802,58, compreende/registra as obrigações referente a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor teria direito, quando pagos em data posterior forem incorridos;

2.1.3.1.1.00.00 – Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - R\$ 83.143,74 compreende as obrigações junto a fornecedores nacionais de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços;

PASSIVO NÃO CIRCULANTE – R\$ 0,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO – R\$ 641.223,00

2.3.7.1.1.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício – R\$ -96.892,40, corresponde ao resultado do período, apurado no Anexo 15 – Demonstração das variações Patrimoniais;

2.3.7.1.1.02.00 - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores – R\$ 738.115,40, corresponde ao resultado apurado no exercício anterior;

NOTA 9 – NOTA EXPLICATIVA DO ANEXO 15 – DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas e das variações patrimoniais diminutivas. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta apuração. Após apuração, o resultado é transferido para conta Superávit/Déficit do Exercício (anexo 14).

As Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA), equivaleram ao valor de R\$ 1.733.334,51 (um milhão setecentos e trinta e três mil trezentos e trinta e quatro reais e cinquenta e um centavos) transferências intragovernamentais correspondem ao valor do Duodécimo recebido no período de janeiro a dezembro de 2022.

VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA (I)	R\$ 1.733.334,51
4.1 – impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00
4.2 - Contribuições	0,00
4.3 - Exploração e venda de bens, serviços e direitos	0,00
4.4 - Variações patrimoniais aumentativas financeiras	74.327,98
4.5 - Transferências e delegações recebidas (4.5.1 transferências recebidas a título de duodécimo).	1.651.166,53
4.6 - Valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos (4.6.1. Reavaliação de ativos, ganhos com alienações, 4.6.2. Ganhos com alienações, 4.6.3. Incorporações, 4.6.4. Ganhos com desincorporação de passivos);	0,00
4.7 - Outras variações patrimoniais aumentativas;	7.840,00

Já o valor das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) de R\$ 1.830.226,91 (um milhão, oitocentos e trinta mil, duzentos e vinte e seis reais e noventa e um centavos), correspondem a soma de:

VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA (II)	R\$ 1.830.226,91
3.1 - Pessoal e Encargos (composto pela liquidação dos elementos de despesa 3.1.90.11, 3.1.91.13 e 3.1.90.13);	579.080,67
3.2 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais (Aposentadorias, Pensões, benefícios continuados, benefícios eventuais);	0,00
3.3.1 - Uso de material de consumo (composto pela liquidação do elemento de despesa 3.3.90.30 menos o valor em almoxarifado em 31/12/2022);	502.964,74
3.3.2 - Serviços (composto pelos elementos de despesa: 3.3.90.14, 3.3.90.36, 3.3.90.39);	271.035,49
3.3.3 - Depreciação, Amortização e exaustão;	0,00
3.4 - Variações patrimoniais Diminutivas Financeiras;	0,00
3.5 - Transferências e Delegações concedidas	447.681,55
3.6 - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação Passivos (baixas de bens, perdas e reavaliações);	0,00
3.7 – Tributárias;	0,00
3.8 – Custo das mercadorias vendidas, dos produtos vendidos e dos serviços prestados;	0,00
3.9 – Outras variações patrimoniais diminutivas;	29.464,46
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I – II)	R\$ -96.892,40

Em 31/12/2022 após apuração VPA menos VPD, o resultado patrimonial apurado do período foi de R\$ -96.892,40 (noventa e seis mil, oitocentos e noventa e dois reais e quarenta centavos).

NOTA 10 – NOTA EXPLICATIVA DO ANEXO 17 – DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

Nas colunas de movimento do exercício, os valores apresentados como inscrições representam os valores de restos a pagar inscritos no exercício, já o somatório das retenções representa as consignações retidas no mesmo período, contudo na coluna de baixas, representam o somatório dos pagamentos realizados ou cancelados na execução **(Referente ao detalhamento dos restos a pagar inscritos, pagos e cancelados podemos evidenciar nos itens XML 20; 21; 22;).**

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO			SALDOS PARA EXERCÍCIO SEGUINTE
		RETENÇÕES / INSCRIÇÃO	BAIXA POR PAGAMENTOS	BAIXA POR CANCELAMENTOS	
RESTOS A PAGAR	107.284,53	27.404,64	7.689,60	0,00	126.999,57
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	107.284,53	11.351,39	7.689,60	0,00	110.946,32
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	0,00	16.053,25	0,00	0,00	16.053,25
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES	8.264,61	83.672,26	84.226,61	0,00	7.710,26
DÉBITOS DE TESOURARIA	56.131,89	25.758,19	77.192,38	0,00	4.697,70
TOTAL	171.681,03	136.835,09	169.108,59	0,00	139.407,53

NOTA 11 – NOTA EXPLICATIVA DO ANEXO 18 – DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA

A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) é elaborada pelo método direto e evidencia as alterações de caixa e equivalentes de caixa verificadas no exercício de referência, classificadas em fluxo de atividades das operações, de investimentos e de financiamento.

Os ingressos dos fluxos das operações compreendem as receitas arrecadadas pelo seu valor líquido relativas às atividades operacionais, as transferências recebidas e os outros ingressos operacionais. Houve ingressos no valor de R\$ 1.840.929,26 (um milhão, oitocentos e quarenta mil, novecentos e vinte e nove reais e vinte e seis centavos).

Já os desembolsos das operações evidenciam as despesas pagas relativas às atividades operacionais, as transferências concedidas e os outros desembolsos operacionais, onde pode ser verificado um total de R\$ 1.960.709,41 (um milhão, novecentos e sessenta mil, setecentos e nove reais e quarenta e um reais), assim perfazendo um fluxo de caixa líquido R\$ - 119.780,15 (cento e dezenove mil, setecentos e oitenta reais e quinze centavos).

Já no fluxo de caixa das atividades de investimento, não houve ingressos relativos à alienação de bens, amortizações e outros ingressos, mas houve desembolso na ordem de R\$ 25.439,00 (vinte e cinco mil e quatrocentos e trinta e nove reais), com uma geração de caixa líquido de R\$ -25.439,00. E não houve movimentação nos fluxos de caixa de financiamento, ao qual encerra-se a geração líquida de caixa e equivalente de caixa em R\$ 764.577,28 (setecentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e setenta e sete reais e vinte e oito centavos), o qual está em conformidade com o ativo circulante no anexo 14.

Fátima do Sul – MS, 08 de maio de 2023.



Luiz Gonzaga Guimarães Wanderley
Contador (a)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2022

1 – INTRODUÇÃO

Tendo em vista as inovações da Contabilidade no Setor Público, o Poder Executivo Municipal vem adequando-se gradativamente para atender as exigências TCE/MS – Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul. Assim sendo, os Demonstrativos Contábeis do **FUNDO MUNICIPAL PARA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE FÁTIMA DO SUL**, foram elaborados em conformidade com a Lei 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000 e o MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 9ª edição, atendendo às exigências da STN e do Manual de Peças Obrigatórias (Resolução nº 88, de 03 de outubro 2018), respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na Legislação vigente e Normas do Conselho Federal de Contabilidade e em conformidade a NOTA TÉCNICA CNM Nº 03/2022 – CNM (Confederação Nacional dos Municípios) .

Este documento apresenta, informações referentes a atos e fatos realizados no decorrer do exercício, com os requisitos das políticas contábeis, na gestão orçamentária, financeira e capital, como outros dados relevantes da gestão.

Este Fundo municipal, está sendo apresentado ao Tribunal Contas Estado/MS, pelo **BLOCO SIMPLIFICADO, POR NÃO CONTER MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS**, conforme as demonstrações contábeis do Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial. Todos os registros contábeis do exercício financeiro 2022, foram executados através de sistema informatizado, fornecido por Staf Sistemas Ltda, que tem como atividade principal o desenvolvimento e locação de software, cuja ferramenta é adequado ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

2 – INFORMAÇÕES DA NOTA EXPLICATIVA

2.1) INFORMAÇÕES GERAIS:

- a) O FUNDO MUNICIPAL PARA INFANCIA E ADOLESCENCIA /MS, é dotada de personalidade jurídica de direito público e de autonomia administrativa, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, sobre o CNPJ 031.557.51/0001-75.
- b) Localizada na Rua Ipiranga, 800, Centro – cidade de Fátima do Sul/MS.

- c) Principais Atividades da entidade é exercer funções, receber e distribuir recursos financeiros para realização de atividades ou projetos municipais específicos, conforme a lei de criação do fundo nº 593 de 24 de abril de 1991.
- d) A Contabilidade Aplicada ao Setor Público tem como objetivo fornecer aos seus usuários informações sobre os resultados alcançados e outros dados de natureza orçamentária, econômica, patrimonial e financeira da entidade do setor público, em apoio ao processo de tomada de decisão, à adequada prestação de contas, à transparência da gestão fiscal e à instrumentalização do controle social.
- e) Este órgão Municipal, controla apenas a unidade Fundo Municipal para Infância e a Adolescência/MS.
- f) O Orçamento do Fundo Municipal para Infância e a Adolescência/MS, foi aprovado conforme a Lei nº 1.320 de 16/12/2021, para o exercício de 2022, fixou a receita no valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais) e a Despesa em R\$ 11.000,00 (onze mil reais) para os dispêndios de custeios e investimento de despesas normais.

NOTA 3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1) PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: As Demonstrações Contábeis deste Fundo Municipal, a seguir transcritas, contemplam a execução do Orçamento Fiscal, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2022, e constituem-se dos Balanços patrimonial, orçamentário, financeiro, extraídos do Sistema Integrado de Administração financeira e contábil. Foram elaboradas em conformidade com a Lei nº. 4.320/64 e suas alterações e em conformidade com as NBCASP e PCASP vigente.

As principais políticas contábeis adotadas são:

- As disponibilidades de caixa são mensuradas ou avaliadas pelo valor original.

NOTA 4 – BASE DE MENSURAÇÃO

4.1) BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com observância dos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Portarias da STN (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público), as Instruções de Procedimentos

Contábeis (IPC) expedidas pela STN, e demais disposições normativas vigentes.

A estrutura e a composição das demonstrações contábeis geradas através do XML e PDF disponibilizadas pelo TCE/MS estão de acordo com as bases constituídas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, essas demonstrações são compostas por:

- Cadastro dos Responsáveis;
- Anexo 12 Balanço Orçamentário;
- Anexo 13 Balanço Financeiro;
- Anexo 14 Balanço Patrimonial;
- Documentos complementares.

NOTA 5 – OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

5.1) Conselho Municipal: O conselho municipal do fundo, nomeado através de portaria, reuniram-se, e aprovaram as contas do exercício por Unanimidade, por ausência de execução orçamentaria e financeira, através do parecer anexo **item 169 outros documentos**.

5.2) Cadastro dos Responsáveis:

RESPONSABILIDADE	NOME	CPF	PERIODO
PREFEITO	Ilda Salgado Machado	559.007.201-87	01/01/21-31/12/24
ORDENADOR DESPESA	Rosemary de Fátima Gomes Matôzo Gonçalves	405.505.591-91	01/02/22-31/12/24
CONTROLADOR INTERNO	Isabel Inês Pivetta	480.791.381-68	05/01/21-31/12/24
CONTADOR	Luiz Gonzaga Guimarães Wanderley	308.857.791-34	01/01/21-31/12/24
PROCURADOR JURIDICO	Bruno Henrique Caetano dos Santos	070.038.609-29	10/03/21-31/12/24

As documentações pertinentes a comprovações das nomeações dos responsáveis, encontra-se anexo ao **item 169 outros documentos**.

NOTA 6 – NOTA EXPLICATIVA ANEXO 12 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

6.1) Demonstrativos da Receita Orçamentária: A receita estimada para a Fundo municipal, foi de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), e a efetivamente executada/arrecadada foi no valor de R\$ 150.212,94 (Cento e cinquenta mil, duzentos e doze reais e noventa e quatro centavos).

CLASSIFICAÇÃO	PREVISÃO ORÇADA	%	EXECUTADA	%
RECEITAS CORRENTES	11.000,00	100,00	150.212,94	100,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00		0,00	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00		0,00	
RECEITA PATRIMONIAL	2.000,00		8.866,07	
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00		0,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00		0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00		0,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.000,00		0,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00		141.346,87	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00		0,00	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO	0,00		0,00	
DÉFICIT	0,00		0,00	
TOTAL	11.000,00	100,00	150.212,94	100,00
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-		-	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	-		-	
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-		-	
Reabertura de Créditos Adicionais	-		-	

6.2) Demonstrativos Despesas Orçamentárias;

As despesas orçamentárias foram fixadas no valor de R\$ 11.000,00 (onze mil) contudo, **não houve movimentações** executadas de despesas orçamentárias para essa entidade, por esta razão o envio dos dados em bloco simplificado ao TCE/MS.

NOTA 5 – NOTA EXPLICATIVA DO ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

O balanço financeiro tem como finalidade evidenciar as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas por fonte/destinação de recursos. Destaca, ainda, os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que transferem para o início do exercício seguinte.

Nos ingressos (entradas): **houve transferências correntes no valor de R\$ 150.212,94 (cento e cinquenta mil, duzentos e doze reais e noventa e quatro centavos) ;**

Nos dispêndios (saídas): **não houveram movimentações de saídas;**

NOTA 6 – NOTA EXPLICATIVA DO ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

O balanço patrimonial evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública ao final do exercício, e esse é o principal

anexo de um órgão em função da dimensão e da natureza dos valores envolvidos nos ativos e passivos.

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ATIVO CIRCULANTE	151.850,53	1.637,59	PASSIVO CIRCULANTE	0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00
			PATRIMONIO LIQUIDO	151.850,53	1.637,59
TOTAL	151.850,53	1.637,59	TOTAL	151.850,53	1.637,59

ATIVO

O Ativo Circulante é composto pelo valor contábil em Caixa e Equivalentes de Caixa no valor de R\$ 151.850,53.

PASSIVO

Já na conta do Passivo o Balanço Patrimonial apresenta apenas valores na conta do Patrimônio Líquido onde o mesmo é composto pela soma de superávits ou déficits de exercícios anteriores no valor de R\$ 1.637,59 (Um Mil, seiscentos e trinta e sete reais e cinquenta e nove centavos), mais Superavit do exercício no valor de R\$ 150.212,94 (Cento e cinquenta Mil, duzentos e doze reais e noventa e quatro centavos), perfazendo o total de R\$ 151.850,53 (Cento e cinquenta e um mil, oitocentos e cinquenta reais e cinquenta e três centavos).

Fatima do Sul – MS, 02 de maio de 2023.

Luiz Gonzaga Guimarães Wanderley
Contador

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIO DE 2022

1 – INTRODUÇÃO

Tendo em vista as inovações da Contabilidade no Setor Público, o Poder Executivo Municipal vem adequando-se gradativamente para atender as exigências TCE/MS – Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul.

Assim sendo, os Demonstrativos Contábeis do **FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO - FUNDEB**, foram elaborados em conformidade com a Lei 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000 e o MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 9ª edição, atendendo às exigências da STN e do Manual de Peças Obrigatórias (Resolução nº 88, de 03 de outubro 2018), respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na Legislação vigente e Normas do Conselho Federal de Contabilidade e em conformidade a NOTA TÉCNICA CNM Nº 03/2022 – CNM (Confederação Nacional dos Municípios).

Além dessas informações de caráter geral, este documento também contém explicações e demonstrações contábeis do Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstrações das Variações Patrimoniais e Demonstrações dos Fluxos de Caixa. Todos os registros contábeis do exercício financeiro 2022, foram executados através de sistema informatizado, fornecido por Staf Sistemas Ltda, que tem como atividade principal o desenvolvimento e locação de software, cuja ferramenta é adequado ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

2 – INFORMAÇÕES DA NOTA EXPLICATIVA

2.1) INFORMAÇÕES GERAIS:

- a) O FUNDEB/MS, é dotada de personalidade jurídica de direito público e de autonomia administrativa, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, sobre o CNPJ 03.155.751/0001-75.

- b) Localizada na Rua Ipiranga, 800, Centro – cidade de Fátima do Sul/MS.
- c) Principais Atividades da entidade é exercer funções, receber e distribuir recursos financeiros para realização de atividades ou projetos municipais específicos, conforme a lei de criação nº 992 de 14 de março de 2007.
- d) A Contabilidade Aplicada ao Setor Público tem como objetivo fornecer aos seus usuários informações sobre os resultados alcançados e outros dados de natureza orçamentária, econômica, patrimonial e financeira da entidade do setor público, em apoio ao processo de tomada de decisão, à adequada prestação de contas, à transparência da gestão fiscal e à instrumentalização do controle social.
- e) Este órgão Municipal, controla apenas a unidade FUNDEB/MS.
- f) O Orçamento do FUNDEB de Fátima do Sul/MS, foi aprovado conforme a Lei nº 1.320 de 16/12/2021, para o exercício de 2022, fixou a receita no valor de R\$ 12.015.000,00 (doze milhões e quinze mil reais) e a Despesa em R\$ 12.015.000,00 (doze milhões e quinze mil reais) para os dispêndios de custeios e investimento de despesas normais.

NOTA 3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1) PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: As Demonstrações Contábeis deste fundo Municipal, a seguir transcritas, contemplam a execução do Orçamento Fiscal, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2022, e constituem-se dos Balanços Patrimonial, Orçamentário, Financeiro, das Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira e contábil. Foram elaboradas em conformidade com a Lei nº. 4.320/64 e suas alterações e em conformidade com as NBCASP e PCASP vigente. Aos registros contábeis adotou-se o regime de caixa para as transferências recebidas fundo a fundo e receitas e de competência para as despesas realizadas.

As principais políticas contábeis adotadas são:

- **As disponibilidades de caixa**, são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, as aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original e atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.
- **Os estoques de materiais de consumo**, bem como suas saídas são avaliados com base no valor de aquisição.

- **Os gastos de distribuição**, de administração geral e financeiros são considerados como despesas do período em que ocorrerem.
- **O ativo imobilizado**, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação. No tocante ao registro contábil dos bens imóveis, a política de gestão e controle patrimonial é de centralização dos bens da administração direta na unidade gestora do Fundo Patrimonial.
- **O ativo intangível**, corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. É mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição ou de produção, ou, ainda, pelo custo estimado de reposição na mensuração de softwares preexistentes. Em se tratando de ativos intangíveis obtidos a título gratuito, o valor inicial é o resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação.
- **O método adotado de depreciação dos bens móveis foi o linear** que considera que o bem será usado de forma constante durante toda a sua vida útil, e que não haverá mudança no valor residual. No caso deste, a classe do imobilizado teve sua vida útil econômica de 10 anos, e o valor residual de 10%, conforme o processo de convergência da contabilidade pública municipal parte 2 da CNM, onde nesta mesma portaria diz que normalmente, os bens em uso na atividade operacional de um Município apresentam padrão de consumo uniforme, razão pela qual recomenda-se o uso do método linear, de fácil aplicação, onde são fixadas taxas constantes de depreciação ao longo do tempo de vida útil. **(caso tenha depreciação)**. As relações dos itens depreciados podem ser constatadas no **PDF nº 102 (Documentos Complementares)**.
- **Restos a Pagar**, os restos a pagar não processados e inscritos em exercícios anteriores e não liquidados até 31/12/2022, foram cancelados, com base no decreto do encerramento do exercício (refere-se aos procedimentos de fechamento anual orçamentário, financeiro e contábil a serem adotados pelos órgãos) Nº 102/2022 de 26 de outubro de 2022.

Os restos a pagar processados inscritos em exercício, quando liquidados, permanecem com status de restos a pagar processados a pagar, não foram cancelados em 31/12/2022 e permaneceram registrados no passivo financeiro.
- **Contabilização das Retenções para Fins Orçamentários**, O município adota a política contábil de registro das retenções na conta Crédito Empenhado

Liquidado Pago no momento da retenção. Ou seja, orçamentariamente, a parte da despesa relativa à retenção é considerada paga no momento em que se efetua a retenção, pois se considera que a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro. O MCASP faculta aos entes a política contábil para o registro orçamentário de suas retenções.

- **Apuração do Resultado**, os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes, sendo as receitas orçamentárias reconhecidas pelo regime de caixa e as despesas orçamentárias pelo empenho no exercício. Já as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas são inscritas em restos a pagar. As variações patrimoniais aumentativas e diminutivas foram reconhecidas de acordo com o seu fato gerador, quando não reportado de forma diversa.

NOTA 4 – BASE DE MENSURAÇÃO

4.1) BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com observância dos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Portarias da STN (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público), as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) expedidas pela STN, e demais disposições normativas vigentes.

A estrutura e a composição das demonstrações contábeis geradas através do XML e PDF disponibilizadas pelo TCE/MS estão de acordo com as bases constituídas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, essas demonstrações são compostas por:

- Anexo 12 Balanço Orçamentário;
- Anexo 13 Balanço Financeiro;
- Anexo 14 Balanço Patrimonial;
- Anexo 15 Demonstrativo das Variações Patrimoniais
- Anexo 17 Demonstrativo da Dívida Flutuante
- Anexo 18 Demonstrativo dos Fluxos de Caixa
- Documentos complementares.

NOTA 5 – OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

5.1) Conselho Municipal: O conselho municipal do fundo, nomeado através do decreto nº 030, reuniram-se, e aprovaram as contas do exercício por Unanimidade, devido apresentação dos balancetes mensais de receitas e despesas, através do parecer anexo.

5.2) Cadastro dos Responsáveis:

RESPONSABILIDADE	NOME	CPF	PERÍODO
PREFEITO	Ilda Salgado Machado	559.007.201-87	01/01/21-31/12/24
ORDENADOR DESPESA	Dalva Quirino da Silva Martins	542.824.111-04	01/02/21-31/12/24
CONTROLADOR INTERNO	Isabel Inês Pivetta	480.791.381-68	05/01/21-31/12/24
CONTADOR	Luiz Gonzaga Guimarães Wanderley	308.857.791-34	01/01/21-31/12/24
PROCURADOR JURIDICO	Bruno Henrique Caetano dos Santos	070.038.609-29	10/03/21-31/12/24

As documentações pertinentes a comprovações das nomeações dos responsáveis, encontra-se anexo ao Balanço.

NOTA 6 – NOTA EXPLICATIVA ANEXO 12 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

6.1) Demonstrativos da Receita Orçamentária: A receita estimada para a Fundo municipal, foi de R\$ 12.015.000,00 (doze milhões e quinze mil reais), e a efetivamente executada/arrecadada foi no valor de R\$ 14.610.506,00 (quatorze milhões, seiscentos e dez mil e quinhentos e seis reais) que corresponde 121,60% da receita total prevista.

CLASSIFICAÇÃO	PREVISÃO ORÇADA	%	EXECUTADA	%
RECEITAS CORRENTES	12.015.000,00	100,00	14.610.506,00	89,72
RECEITA PATRIMONIAL	15.000,00		277.699,76	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.000.000,00		14.322.015,28	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00		10.790,96	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	-	0,00	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO	0,00		0,00	
DÉFICIT	0,00	-	1.674.373,17	10,28
TOTAL	12.015.000,00	100,00	16.284.879,17	100,00
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	-	1.923.556,07	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	-	1.923.556,07	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-

6.2) Demonstrativos Despesas Orçamentárias por Grupo; as despesas orçamentárias empenhadas do período corresponderam a R\$ 16.284.879,17 (dezesseis milhões, duzentos e oitenta e quatro mil oitocentos e setenta e nove reais e dezessete centavos). Desse valor, R\$ 15.961.469,17 (quinze milhões,

novecentos e sessenta e um mil quatrocentos e sessenta nove reais e dezessete centavos) referem-se às despesas correntes, e R\$ 323.410,00 (trezentos e vinte três mil quatrocentos e dez reais), diz respeito às despesas de capital.

DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL	CREDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADA	DESPESA PAGA
3 – DESPESAS CORRENTES	12.003.000,00	4.030.146,01	16.033.146,01	15.961.469,17	15.961.469,17	15.762.304,01
4 – DESPESAS DE CAPITAL	12.000,00	934.453,06	946.453,06	323.410,00	323.410,00	323.410,00
9 – RESERVA DE CONTIGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	12.015.000,00	4.964.599,07	16.979.599,07	16.284.879,17	16.284.879,17	16.085.714,01
GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS						
1 – PESSOAL E ENCARGOS	11.947.000,00	4.040.795,01	15.987.795,01	15.916.118,34	15.916.118,34	15.716.953,18
2 – JUROS E ENCARGOS DE DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES	56.000,00	-10.649,00	45.351,00	45.350,83	45.350,83	45.350,83
4 – INVESTIMENTOS	12.000,00	934.453,06	946.453,06	323.410,00	323.410,00	323.410,00
5 – INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 – AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9 – RESERVA DE CONTIGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	12.015.000,00	4.964.599,07	16.979.599,07	16.284.879,17	16.284.879,17	16.085.714,01

6.3) Demonstrativo de abertura de Créditos adicionais; conforme demonstrativo a baixo, foram abertos créditos adicionais em atendimento ao art. 42 e art. 43, §1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, e a despesa inicialmente fixada de R\$ 12.015.000,00 foi alterada para R\$ 16.979.599,07.

DECRETO	TIPO	ANULAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	VALOR
1.922	Suplementar por Anulação	45.000,00	45.000,00	-
2.722	Especial por Superávit	0,00	0,00	1.923.556,07
3.522	Suplementar por Anulação	70.935,87	70.935,87	-
5.022	Suplementar por Anulação	100.000,00	100.000,00	-
6.622	Suplementar por Anulação	15.000,00	15.000,00	-
7.722	Suplementar por Anulação	300.000,00	300.000,00	-
8.922	Suplementar por Anulação	822.000,00	822.000,00	-
9.822	Suplementar por Anulação	1.144.310,00	1.144.310,00	-
10.822	Suplementar por Exc. Arrecadação	0,00	0,00	1.736.410,00
8.222	Suplementar por Exc. Arrecadação	0,00	0,00	1.304.633,00
12.622	Suplementar por Anulação	602.097,00	602.097,00	-
TOTAL		3.099.342,87	3.099.342,87	4.964.599,07

Evidenciamos que o valor de dotação orçamentaria suplementado no Fundo Municipal foi de R\$ 8.063.941,94, perfazendo um aumento da dotação inicial da atualizada no orçamento, no valor de R\$ 4.964.599,07.

NOTA 7 – NOTA EXPLICATIVA DO ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

O balanço financeiro tem como finalidade evidenciar as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas por fonte/destinação de recursos. Destaca, ainda, os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados

com os saldos de caixa do exercício anterior e os que transferem para o início do exercício seguinte.

Nos ingressos (entradas) houve receitas orçamentárias no valor de R\$ 14.610.506,00 (quatorze milhões seiscentos e dez mil quinhentos e seis reais), transferências financeiras recebidas não houve a título de repasse interferências financeiras entre entidades de janeiro a dezembro de 2022. Houve recebimentos extraorçamentários no valor de R\$ 3.778.346,35 (três milhões setecentos e setenta e oito mil trezentos e quarenta e seis reais e trinta e cinco centavos).

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS (I)	14.610.506,00	13.422.513,82	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS (VI)	16.284.879,17	11.608.269,81
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	0,00	0,00
RECEBIMENTOS EXTRAS-ORÇAMENTÁRIOS (III)	3.778.346,35	5.335.288,28	PAGAMENTOS EXTRAS-ORÇAMENTÁRIOS (VIII)	3.351.684,28	5.358.151,08
SALDOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	1.945.424,90	154.043,69	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	697.713,80	1.945.424,90
TOTAL (V)	20.334.277,25	18.911.845,79	TOTAL (X)	20.334.277,25	18.911.845,79

Nos dispêndios (saídas) o valor das despesas orçamentárias corresponde ao valor de R\$ 16.284.879,17 (conforme anexo 11 – despesas empenhadas/liquidadas e demonstrado no item 6.2 desta nota explicativa). Não houve transferências financeiras concedidas. E os pagamentos extraorçamentários no valor de R\$ 3.351.684,28 (três milhões, trezentos e cinquenta e um mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e vinte e oito centavos).

O saldo contábil apresentado na conta do exercício anterior (2021) em Caixa e equivalentes de Caixa foi de R\$ 154.043,69, assim como saldo bancário do exercício 2022 no extrato bancário demonstrou saldo total de R\$ 1.945.424,90 (um milhão, novecentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e noventa centavos), **conforme comprovante anexado em PDF ao item 104 extrato bancário com saldo em 31 de dezembro 2022.**

NOTA 8 – NOTA EXPLICATIVA DO ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

O balanço patrimonial evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública ao final do exercício, e esse é o principal anexo de um órgão em função da dimensão e da natureza dos valores envolvidos nos ativos e passivos.

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR

ATIVO CIRCULANTE	697.716,02	1.945.427,12	PASSIVO CIRCULANTE	531.496,74	104.834,67
ATIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00
			PATRIMONIO LÍQUIDO	166.219,28	1.840.592,45
TOTAL	697.716,02	1.945.427,12	TOTAL	697.716,02	1.945.427,12

ATIVO - Compreende os recursos controlados por uma entidade como consequência de eventos passados e dos quais se espera que fluam benefícios econômicos ou potencial de serviços futuros a unidade.

ATIVO CIRCULANTE- R\$ 697.716,02

1.1.1.0.0.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa – R\$ 697.713,80, compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

1.1.3.8.1.0.00.00 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo – R\$ 2,22, compreende valores diversos, tais como valores a receber por demais transações realizáveis no curto prazo de fornecedores e pessoal, contribuições e impostos a recolher e depósitos.

PASSIVO - Passivo compreende as obrigações existentes da entidade oriundas de eventos passados de cuja liquidação se espera que resulte em fluxo de saída de recursos que incorporem benefícios econômicos ou serviços em potencial. Patrimônio líquido compreende a diferença entre o ativo e o passivo.

PASSIVO CIRCULANTE – R\$ 531.496,74

2.1.1.1.1.00.00 – Pessoal a Pagar – Consolidação – R\$ 199.165,16, compreende/registra as obrigações referente a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor teria direito, quando pagos em data posterior forem incorridos;

2.1.8.0.0.00.00 - Demais Obrigações a Curto Prazo – Consolidação – R\$ 332.331,58, compreende valores diversos, tais como valores retidos de fornecedores e pessoal, contribuições e impostos a recolher e depósitos e cauções recebidos.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO – R\$ 166.219,28

2.3.7.1.1.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício – R\$ -1.674.373,17, corresponde ao resultado do período, apurado no Anexo 15 – Demonstração das variações Patrimoniais;

2.3.7.1.1.02.00 - *Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores* – R\$ 1.840.592,45, corresponde ao resultado apurado no exercício anterior.

NOTA 9 – NOTA EXPLICATIVA DO ANEXO 15 – DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas e das variações patrimoniais diminutivas. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta apuração. Após apuração, o resultado é transferido para conta Superávit/Déficit do Exercício (anexo 14).

As Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA), equivaleram ao valor de R\$ 14.610.506,00 (quatorze milhões e seiscentos e dez mil e quinhentos e seis reais).

VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA (I)	R\$14.610.506,00
4.1 – Impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00
4.2 – Contribuições	0,00
4.3 - Exploração e venda de bens, serviços e direitos	0,00
4.4 - Variações patrimoniais aumentativas financeiras	277.699,76
4.5 - Transferências e delegações recebidas (4.5.1 transferências recebidas a título de duodécimo).	14.322.015,28
4.6 - Valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos (4.6.1. Reavaliação de ativos, ganhos com alienações, 4.6.2. Ganhos com alienações, 4.6.3. Incorporações, 4.6.4. Ganhos com desincorporação de passivos);	0,00
4.7 - Outras variações patrimoniais aumentativas;	10.790,96

Já o valor das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) de R\$ 16.284.879,17 (dezesesseis milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e setenta e nove reais e dezessete centavos), correspondem a soma de:

VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA (II)	R\$16.284.879,17
3.1 - Pessoal e Encargos (composto pela liquidação dos elementos de despesa 3.1.90.11, 3.1.91.13 e 3.1.90.13);	15.916.118,34
3.2 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais (Aposentadorias, Pensões, benefícios continuados, benefícios eventuais);	0,00

3.3.1 - Uso de material de consumo (composto pela liquidação do elemento de despesa 3.3.90.30 menos o valor em almoxarifado em 31/12/2021);	0,00
3.3.2 - Serviços (composto pelos elementos de despesa: 3.3.90.14, 3.3.90.36, 3.3.90.39);	45.350,83
3.3.3 - Depreciação, Amortização e exaustão;	0,00
3.4 - Variações patrimoniais Diminutivas Financeiras;	0,00
3.5 - Transferências e Delegações concedidas	323.410,00
3.6 - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação Passivos (baixas de bens, perdas e reavaliações);	0,00
3.7 - Tributárias;	0,00
3.8 - Custo das mercadorias vendidas, dos produtos vendidos e dos serviços prestados;	0,00
3.9 - Outras variações patrimoniais diminutivas;	0,00
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I - II)	R\$ -1.674.373,17

Em 31/12/2022 após apuração VPA menos VPD, o resultado patrimonial apurado do período foi de R\$ -1.674.373,17 (um milhão seiscentos e setenta e quatro mil trezentos e setenta e três reais e dezessete centavos).

NOTA 10 – NOTA EXPLICATIVA DO ANEXO 17 – DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

Nas colunas de movimento do exercício, os valores apresentados como inscrições representam os valores de restos a pagar inscritos no exercício, já o somatório das retenções representa as consignações retidas no mesmo período, contudo na coluna de baixas, representam o somatório dos pagamentos realizados ou cancelados na execução **(Referente ao detalhamento dos restos a pagar inscritos, pagos e cancelados podemos evidenciar nos itens XML 20; 21; 22;).**

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO			SALDOS PARA EXERCÍCIO SEGUINTE
		RETENÇÕES / INSCRIÇÃO	BAIXA POR PAGAMENTOS	BAIXA POR CANCELAMENTOS	
RESTOS A PAGAR	843,20	199.165,16	843,20	0,00	199.165,16
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	843,20	199.165,16	843,20	0,00	199.165,16
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES	19.850,21	2.497.438,91	2.289.448,11	0,00	227.841,01
DÉBITOS DE TESOUREARIA	84.141,26	1.022.262,49	1.001.913,18	0,00	104.490,57
TOTAL	104.834,67	3.718.866,56	3.292.204,49	0,00	531.496,74

NOTA 11 – NOTA EXPLICATIVA DO ANEXO 18 – DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA

A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) é elaborada pelo método direto e evidencia as alterações de caixa e equivalentes de caixa verificadas no exercício de referência, classificadas em fluxo de atividades das operações, de investimentos e de financiamento.

Os ingressos dos fluxos das operações compreendem as receitas arrecadadas pelo seu valor líquido relativas às atividades operacionais, as transferências recebidas e os outros ingressos operacionais. Houve ingressos no valor de R\$ 18.189.680,02 (dezoito milhões, cento e oitenta e nove mil, seiscentos e oitenta reais e dois centavos).

Já os desembolsos das operações evidenciam as despesas pagas relativas às atividades operacionais, as transferências concedidas e os outros desembolsos operacionais, onde pode ser verificado um total de R\$ 19.113.981,12 (dezenove milhões, cento e treze mil, novecentos e oitenta e um reais e doze centavos), sendo que os valores correspondem: R\$ 14.470.206,33 (quatorze milhões, quatrocentos e setenta mil, duzentos e seis reais e trinta e três centavos) a pessoal e demais despesas, R\$ 1.292.940,88 (um milhão, duzentos e noventa e dois mil, novecentos e quarenta reais e oitenta e oito centavos) a transferências concedidas e R\$ 3.350.833,91 de outros desembolsos operacionais, assim perfazendo um fluxo de caixa líquido R\$ - 924.301,10 (novecentos e vinte quatro mil, trezentos e um reais e dez centavos).

Já no fluxo de caixa das atividades e investimentos houve aquisição de material permanente no valor de R\$ 323.410,00, perfazendo um fluxo de caixa líquido R\$ -323.410,00. Assim, encerra-se a geração líquida de caixa e equivalente de caixa em - R\$ -1.247.711,10 (um milhão, duzentos e quarenta e sete mil, setecentos e onze reais e dez centavos), o qual alcança um caixa e equivalente de caixa final de 697.713,80 (seiscentos e noventa e sete mil, setecentos e treze reais e oitenta centavos) em conformidade com o ativo circulante no anexo 14.

Fátima do Sul – MS, 10 de maio de 2022.



Luiz Gonzaga Guimarães Wanderley
Contador (a)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2022

1 – INTRODUÇÃO

Tendo em vista as inovações da Contabilidade no Setor Público, o Poder Executivo Municipal vem adequando-se gradativamente para atender as exigências TCE/MS – Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul. Assim sendo, os Demonstrativos Contábeis do **FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE FÁTIMA DO SUL**, foram elaborados em conformidade com a Lei 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000 e o MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 9ª edição, atendendo às exigências da STN e do Manual de Peças Obrigatórias (Resolução nº 88, de 03 de outubro 2018), respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na Legislação vigente e Normas do Conselho Federal de Contabilidade e em conformidade a NOTA TÉCNICA CNM Nº 03/2022 – CNM (Confederação Nacional dos Municípios) .

Este documento apresenta, informações referentes a atos e fatos realizados no decorrer do exercício, com os requisitos das políticas contábeis, na gestão orçamentária, financeira e capital, como outros dados relevantes da gestão.

Este Fundo municipal, está sendo apresentado ao Tribunal Contas Estado/MS, pelo **BLOCO SIMPLIFICADO, POR NÃO CONTER MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS**, conforme as demonstrações contábeis do Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial. Todos os registros contábeis do exercício financeiro 2022, foram executados através de sistema informatizado, fornecido por Staf Sistemas Ltda, que tem como atividade principal o desenvolvimento e locação de software, cuja ferramenta é adequado ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

2 – INFORMAÇÕES DA NOTA EXPLICATIVA

2.1) INFORMAÇÕES GERAIS:

a) O FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL /MS, é dotada de personalidade jurídica de direito público e de autonomia administrativa, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, sobre o CNPJ 031.557.51/0001-75.

b) Localizada na Rua Ipiranga, 800, Centro – cidade de Fátima do Sul/MS.

- c) Principais Atividades da entidade é exercer funções, receber e distribuir recursos financeiros para realização de atividades ou projetos municipais específicos, conforme a lei de criação do fundo nº 1.006 de 29 de novembro de 2007.
- d) A Contabilidade Aplicada ao Setor Público tem como objetivo fornecer aos seus usuários informações sobre os resultados alcançados e outros dados de natureza orçamentária, econômica, patrimonial e financeira da entidade do setor público, em apoio ao processo de tomada de decisão, à adequada prestação de contas, à transparência da gestão fiscal e à instrumentalização do controle social.
- e) Este órgão Municipal, controla apenas a unidade 8 – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social/MS.
- f) O Orçamento do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social/MS, foi aprovado conforme a Lei nº 1.320 de 16/12/2021, para o exercício de 2022, fixou a receita no valor de R\$ 271.000,00 (duzentos e setenta e um mil reais) e a Despesa em R\$ 313.000,00 (trezentos e trezes mil reais) para os dispêndios de custeios e investimento de despesas normais.

NOTA 3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1) PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: As Demonstrações Contábeis deste Fundo Municipal, a seguir transcritas, contemplam a execução do Orçamento Fiscal, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2022, e constituem-se dos Balanços patrimonial, orçamentário, financeiro, extraídos do Sistema Integrado de Administração financeira e contábil. Foram elaboradas em conformidade com a Lei nº. 4.320/64 e suas alterações e em conformidade com as NBCASP e PCASP vigente.

As principais políticas contábeis adotadas são:

- As disponibilidades de caixa são mensuradas ou avaliadas pelo valor original.

NOTA 4 – BASE DE MENSURAÇÃO

4.1) BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com observância dos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Portarias da STN (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público), as Instruções de Procedimentos

Contábeis (IPC) expedidas pela STN, e demais disposições normativas vigentes.

A estrutura e a composição das demonstrações contábeis geradas através do XML e PDF disponibilizadas pelo TCE/MS estão de acordo com as bases constituídas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, essas demonstrações são compostas por:

- Cadastro dos Responsáveis;
- Anexo 12 Balanço Orçamentário;
- Anexo 13 Balanço Financeiro;
- Anexo 14 Balanço Patrimonial;
- Documentos complementares.

NOTA 5 – OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

5.1) Conselho Municipal: O conselho municipal do fundo, nomeado através de portaria, reuniram-se, e aprovaram as contas do exercício por Unanimidade, por ausência de execução orçamentaria e financeira, através do parecer anexo **item 169 outros documentos**.

5.2) Cadastro dos Responsáveis:

RESPONSABILIDADE	NOME	CPF	PERIODO
PREFEITO	Ilda Salgado Machado	559.007.201-87	01/01/21-31/12/24
ORDENADOR DESPESA	Rosemary de Fátima Gomes Matozo Gonçalves	405.505.591-91	01/02/22-31/12/24
CONTROLADOR INTERNO	Isabel Inês Pivetta	480.791.381-68	05/01/21-31/12/24
CONTADOR	Luiz Gonzaga Guimarães Wanderley	308.857.791-34	01/01/21-31/12/24
PROCURADOR JURIDICO	Bruno Henrique Caetano dos Santos	070.038.609-29	10/03/21-31/12/24

As documentações pertinentes a comprovações das nomeações dos responsáveis, encontra-se anexo ao **item 169 outros documentos**.

NOTA 6 – NOTA EXPLICATIVA ANEXO 12 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

6.1) Demonstrativos da Receita Orçamentária: A receita estimada para a Fundo municipal, foi de R\$ 313.000,00 (Trezentos e Treze mil), e a efetivamente executada/arrecadada foi no valor de R\$ 0,00 (Zero).

CLASSIFICAÇÃO	PREVISÃO ORÇADA	%	EXECUTADA	%
RECEITAS CORRENTES	2.000,00	0,64	0,00	-
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00		0,00	

RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00		0,00	
RECEITA PATRIMONIAL	2.000,00		0,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00		0,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00		0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00		0,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00		0,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00		0,00	
RECEITAS DE CAPITAL	269.000,00	85,94	0,00	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO	0,00		0,00	
DÉFICIT	42.000,00	13,42	0,00	
TOTAL	313.000,00	100,00	0,00	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-		-	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	-		-	
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-		-	
Reabertura de Créditos Adicionais	-		-	

6.2) Demonstrativos Despesas Orçamentárias;

As despesas orçamentárias foram fixadas no valor de R\$ 313.000,00, (trezentos e treze contudo, **não houveram movimentações** executadas de despesas orçamentárias para essa entidade, por esta razão o envio dos dados em bloco simplificado ao TCE/MS.

NOTA 5 – NOTA EXPLICATIVA DO ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

O balanço financeiro tem como finalidade evidenciar as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas por fonte/destinação de recursos. Destaca, ainda, os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que transferem para o início do exercício seguinte.

Nos ingressos (entradas): **não houveram entradas;**

Nos dispêndios (saídas): **não houveram movimentações de saídas;**

NOTA 6 – NOTA EXPLICATIVA DO ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

O balanço patrimonial evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública ao final do exercício, e esse é o principal anexo de um órgão em função da dimensão e da natureza dos valores envolvidos nos ativos e passivos.

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR

ATIVO CIRCULANTE	11,94	11,94	PASSIVO CIRCULANTE	0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	100.000,00	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00
			PATRIMONIO LIQUIDO	11,94	100.011,94
TOTAL	11,94	100.011,94	TOTAL	11,94	100.011,94

ATIVO

O Ativo Circulante é composto pelo valor contábil em Caixa e Equivalentes de Caixa no valor de R\$ 11,94.

PASSIVO

Já na conta do Passivo o Balanço Patrimonial apresenta apenas valores na conta do Patrimônio Líquido onde o mesmo é composto pela soma de superávits ou déficits de exercícios anteriores no valor de R\$ 100.011,94 (Cem Mil, Onze reais e Noventa e Quatro centavos), mais Déficit do exercício no valor de R\$ 100.000,00 (Cem Mil), perfazendo o total de R\$ 11,94 (Onze reais e Noventa e Quatro centavos).

Fatima do Sul – MS, 02 de maio de 2023.



Luiz Gonzaga Guimarães Wanderley
Contador

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIO DE 2022

1 – INTRODUÇÃO

Tendo em vista as inovações da Contabilidade no Setor Público, o Poder Executivo Municipal vem adequando-se gradativamente para atender as exigências TCE/MS – Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul.

Assim sendo, os Demonstrativos Contábeis do **FUNDO MUNICIPAL DE INVESTIMENTO SOCIAL**, foram elaborados em conformidade com a Lei 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000 e o MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 9ª edição, atendendo às exigências da STN e do Manual de Peças Obrigatórias (Resolução nº 88, de 03 de outubro 2018), respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na Legislação vigente e Normas do Conselho Federal de Contabilidade e em conformidade a NOTA TÉCNICA CNM Nº 03/2022 – CNM (Confederação Nacional dos Municípios) .

Além dessas informações de caráter geral, este documento também contém explicações e demonstrações contábeis do Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstrações das Variações Patrimoniais e Demonstrações dos Fluxos de Caixa. Todos os registros contábeis do exercício financeiro 2022, foram executados através de sistema informatizado, fornecido por Staf Sistemas Ltda, que tem como atividade principal o desenvolvimento e locação de software, cuja ferramenta é adequado ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

2 – INFORMAÇÕES DA NOTA EXPLICATIVA

2.1) INFORMAÇÕES GERAIS:

a) O FUNDO MUNICIPAL DE INVESTIMENTO SOCIAL/MS, é dotada de personalidade jurídica de direito público e de autonomia administrativa, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, sobre o CNPJ 03.155.751/0001-75.

b) Localizada na Rua Ipiranga, 800, Centro – cidade de Fátima do Sul/MS.

- c) Principais Atividades da entidade é exercer funções, receber e distribuir recursos financeiros para realização de atividades ou projetos municipais específicos, conforme a lei de criação do fundo 862/00 de 28 de setembro de 2000.
- d) A Contabilidade Aplicada ao Setor Público tem como objetivo fornecer aos seus usuários informações sobre os resultados alcançados e outros dados de natureza orçamentária, econômica, patrimonial e financeira da entidade do setor público, em apoio ao processo de tomada de decisão, à adequada prestação de contas, à transparência da gestão fiscal e à instrumentalização do controle social.
- e) Este órgão Municipal, controla apenas a unidade Fundo Municipal de Investimento Social/MS.
- f) O Orçamento do Fundo Municipal de Investimento Social de Fátima do Sul/MS, foi aprovado conforme a Lei nº 1.320 de 16/12/2021, para o exercício de 2022, fixou a receita no valor de R\$ 180.000,00 (Cento e oitenta mil reais) e a Despesa em R\$ 180.000,00 (Cento e oitenta mil reais) para os dispêndios de custeios e investimento de despesas normais.

NOTA 3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1) PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: As Demonstrações Contábeis deste fundo Municipal, a seguir transcritas, contemplam a execução do Orçamento Fiscal, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2022, e constituem-se dos Balanços Patrimonial, Orçamentário, Financeiro, das Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira e contábil. Foram elaboradas em conformidade com a Lei nº. 4.320/64 e suas alterações e em conformidade com as NBCASP e PCASP vigente. Aos registros contábeis adotou-se o regime de caixa para as transferências recebidas fundo a fundo e receitas e de competência para as despesas realizadas.

As principais políticas contábeis adotadas são:

- **As disponibilidades de caixa**, são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, as aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original e atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.
- **Os estoques de materiais de consumo**, bem como suas saídas são avaliados com base no valor de aquisição.

- **Os gastos de distribuição**, de administração geral e financeiros são considerados como despesas do período em que ocorrerem.

- **O ativo imobilizado**, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação. No tocante ao registro contábil dos bens imóveis, a política de gestão e controle patrimonial é de centralização dos bens da administração direta na unidade gestora do Fundo Patrimonial.

- **O ativo intangível**, corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. É mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição ou de produção, ou, ainda, pelo custo estimado de reposição na mensuração de softwares preexistentes. Em se tratando de ativos intangíveis obtidos a título gratuito, o valor inicial é o resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação.

- O **método adotado de depreciação dos bens móveis foi o linear** que considera que o bem será usado de forma constante durante toda a sua vida útil, e que não haverá mudança no valor residual. No caso deste, a classe do imobilizado teve sua vida útil econômica de 10 anos, e o valor residual de 10%, conforme o processo de convergência da contabilidade pública municipal parte 2 da CNM, onde nesta mesma portaria diz que normalmente, os bens em uso na atividade operacional de um Município apresentam padrão de consumo uniforme, razão pela qual recomenda-se o uso do método linear, de fácil aplicação, onde são fixadas taxas constantes de depreciação ao longo do tempo de vida útil. **(caso tenha depreciação)**. As relações dos itens depreciados podem ser constatadas no **PDF nº 102 (Documentos Complementares)**.

- **Restos a Pagar**, os restos a pagar não processados e inscritos em exercícios anteriores e não liquidados até 31/12/2022, foram cancelados, com base no decreto do encerramento do exercício (refere-se aos procedimentos de fechamento anual orçamentário, financeiro e contábil a serem adotados pelos órgãos) Nº 102/2022 de 26 de outubro de 2022.

Os restos a pagar processados inscritos em exercício, quando liquidados, permanecem com status de restos a pagar processados a pagar, não foram cancelados em 31/12/2022 e permaneceram registrados no passivo financeiro.

- **Contabilização das Retenções para Fins Orçamentários**, O município adota a política contábil de registro das retenções na conta Crédito Empenhado Liquidado Pago no momento da retenção. Ou seja, orçamentariamente, a parte da despesa relativa à retenção é considerada paga no momento em

que se efetua a retenção, pois se considera que a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro. O MCASP faculta aos entes a política contábil para o registro orçamentário de suas retenções.

- **Apuração do Resultado**, os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes, sendo as receitas orçamentárias reconhecidas pelo regime de caixa e as despesas orçamentárias pelo empenho no exercício. Já as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas são inscritas em restos a pagar. As variações patrimoniais aumentativas e diminutivas foram reconhecidas de acordo com o seu fato gerador, quando não reportado de forma diversa.

NOTA 4 – BASE DE MENSURAÇÃO

4.1) BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com observância dos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Portarias da STN (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público), as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) expedidas pela STN, e demais disposições normativas vigentes.

A estrutura e a composição das demonstrações contábeis geradas através do XML e PDF disponibilizadas pelo TCE/MS estão de acordo com as bases constituídas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, essas demonstrações são compostas por:

- Anexo 12 Balanço Orçamentário;
- Anexo 13 Balanço Financeiro;
- Anexo 14 Balanço Patrimonial;
- Anexo 15 Demonstrativo das Variações Patrimoniais
- Anexo 17 Demonstrativo da Dívida Flutuante
- Anexo 18 Demonstrativo dos Fluxos de Caixa
- Documentos complementares.

NOTA 5 – OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

5.1) Conselho Municipal: O conselho municipal do fundo, nomeado através do decreto nº 026/gp/21, de 18 de fevereiro de 2021, reuniram-se, e

aprovaram as contas do exercício por Unanimidade, devido apresentação dos balancetes mensais de receitas e despesas, através do parecer anexo.

5.2) Cadastro dos Responsáveis:

RESPONSABILIDADE	NOME	CPF	PERÍODO
PREFEITO	Ilda Salgado Machado	559.007.201-87	01/01/21-31/12/24
ORDENADOR DESPESA	Rosemary de Fátima Gomes Matozo Gonçalves	405.505.591-91	01/02/22-31/12/24
CONTROLADOR INTERNO	Isabel Inês Pivetta	480.791.381-68	05/01/21-31/12/24
CONTADOR	Luiz Gonzaga Guimarães Wanderley	308.857.791-34	01/01/21-31/12/24
PROCURADOR JURIDICO	Bruno Henrique Caetano dos Santos	070.038.609-29	10/03/21-31/12/24

As documentações pertinentes a comprovações das nomeações dos responsáveis, encontra-se anexo ao balanço.

NOTA 6 – NOTA EXPLICATIVA ANEXO 12 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

6.1) Demonstrativos da Receita Orçamentária: A receita estimada para a Fundo municipal, foi de R\$ 180.000,00 (Cento e oitenta mil), e a efetivamente executada/arrecadada foi no valor de R\$ 143.697,25 (Cento e quarenta e três mil, seiscentos e noventa e sete reais e vinte e cinco centavos) que corresponde 79,83% da receita total prevista.

CLASSIFICAÇÃO	PREVISÃO ORÇADA	%	EXECUTADA	%
RECEITAS CORRENTES	180.000,00	100,00	143.697,25	95,08
RECEITA PATRIMONIAL	1.000,00		1.808,25	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	179.000,00		141.889,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES				
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	-	0,00	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO				
DÉFICIT	0,0	-	7.434,18	4,91
TOTAL	180.000,00	100,00	151.131,43	100,00
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)				
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais				
Reabertura de Créditos Adicionais				

6.2) Demonstrativos Despesas Orçamentárias por Grupo; as despesas orçamentárias empenhadas do período corresponderam a R\$ 151.131,43 (cento e cinquenta e um mil, cento e trinta e um reais e quarenta e três centavos). Desse valor, R\$ 151.131,43 (cento e cinquenta e um mil, cento e trinta e um reais e quarenta e três centavos) referem-se às despesas correntes.

DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADADA	DESPESA PAGA
3 – DESPESAS CORRENTES	178.000,00	1.500,00	179.500,00	151.131,43	151.131,43	151.131,43
4 – DESPESAS DE CAPITAL	2.000,00	-1.500,00	500,00	0,00	0,00	0,00
9 – RESERVA DE CONTIGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	180.000,00	0,00	180.000,00	151.131,43	151.131,43	151.131,43

GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS						
1 – PESSOAL E ENCARGOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – JUROS E ENCARGOS DE DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES	178.000,00	1.500,00	179.500,00	151.131,43	151.131,43	151.131,43
4 – INVESTIMENTOS	2.000,00	-1.500,00	500,00	0,00	0,00	0,00
5 – INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 – AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9 – RESERVA DE CONTIGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	180.000,00	0,00	180.000,00	151.131,43	151.131,43	151.131,43

6.4) Demonstrativo de abertura de Créditos adicionais; conforme demonstrativo a baixo, foram abertos créditos adicionais em atendimento ao art. 42 e art. 43, §1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, e a despesa inicialmente fixada de R\$ 178.000,00 foi alterada para R\$ 179.500,00.

DECRETO	TIPO	ANULAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	VALOR
4.022	Suplementar por Anulação	6.000,00	6.000,00	0,00
11.022	Suplementar por Anulação	34.500,00	34.500,00	0,00
12.922	Suplementar por Anulação	9.000,00	9.000,00	0,00
TOTAL		49.500,00	49.500,00	0,00

Evidenciamos que não houve alteração no valor da dotação inicial da atualizada no orçamento.

NOTA 7 – NOTA EXPLICATIVA DO ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

O balanço financeiro tem como finalidade evidenciar as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas por fonte/destinação de recursos. Destaca, ainda, os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que transferem para o início do exercício seguinte.

Nos ingressos (entradas) houve receitas orçamentárias no valor de R\$ 143.697,25 (cento e quarenta e três mil, seiscentos e noventa e sete reais e vinte e cinco centavos).

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS (I)	143.697,25	177.361,92	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS (VI)	151.131,43	202.531,73
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	0,00	0,00
RECEBIMENTOS EXTRAS-ORÇAMENTÁRIOS (III)	0,00	498,42	PAGAMENTOS EXTRAS-ORÇAMENTÁRIOS (VIII)	498,42	0,00
SALDOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	15.401,26	40.0722,65	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	7.468,66	15.401,26
TOTAL (V)	159.098,51	217.932,99	TOTAL (X)	159.098,51	217.932,99

Nos dispêndios (saídas) o valor das despesas orçamentárias corresponde ao valor de R\$ 151.131,43 (cento e cinquenta e um mil, cento e trinta e um reais e quarenta e três centavos), (conforme anexo 11 – despesas

empenhadas/liquidadas e demonstrado no item 6.2 desta nota explicativa). Não houve transferências financeiras concedidas. E os pagamentos extraorçamentários a títulos de consignações no valor de R\$ 498,42 (quatrocentos e noventa e oito reais e quarenta e dois centavos).

O saldo contábil apresentado na conta do exercício anterior (2021) em Caixa e equivalentes de Caixa foi de R\$15.401,26, assim como saldo bancário do exercício 2022 no extrato bancário demonstrou saldo total de R\$ 7.468,66 (Sete mil quatrocentos e sessenta e oito reais e sessenta e seis centavos), **(conforme comprovante anexado em PDF ao item 104 extrato bancário com saldo em 31 de dezembro 2022).**

NOTA 8 – NOTA EXPLICATIVA DO ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

O balanço patrimonial evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública ao final do exercício, e esse é o principal anexo de um órgão em função da dimensão e da natureza dos valores envolvidos nos ativos e passivos.

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ATIVO CIRCULANTE	7.468,66	15.401,26	PASSIVO CIRCULANTE	505,11	1.003,53
ATIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	40.000,00	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00
			PATRIMONIO LIQUIDO	6.963,55	54.397,73
TOTAL	7.468,66	55.401,26	TOTAL	7.468,66	55.401,26

ATIVO - Compreende os recursos controlados por uma entidade como consequência de eventos passados e dos quais se espera que fluam benefícios econômicos ou potencial de serviços futuros a unidade.

ATIVO CIRCULANTE- R\$ 7.468,66

1.1.1.0.0.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa – R\$ 7.468,66, compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

ATIVO NÃO CIRCULANTE - R\$ 0,00

PASSIVO - Passivo compreende as obrigações existentes da entidade oriundas de eventos passados de cuja liquidação se espera que resulte em fluxo de saída de recursos que incorporem benefícios econômicos ou serviços em potencial. Patrimônio líquido compreende a diferença entre o ativo e o passivo.

PASSIVO CIRCULANTE – R\$ 505,11

2.1.3.1.1.00.00 – Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - R\$ 505,11 compreende as obrigações junto a fornecedores nacionais de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços;

PASSIVO NÃO CIRCULANTE – R\$ 0,00**PATRIMÔNIO LÍQUIDO – R\$ 6.963,55**

2.3.7.1.1.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício – R\$ -47.434,18, corresponde ao resultado do período, apurado no Anexo 15 – Demonstração das variações Patrimoniais;

2.3.7.1.1.02.00 - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores – R\$ 54.397,73, corresponde ao resultado apurado no exercício anterior;

NOTA 9 – NOTA EXPLICATIVA DO ANEXO 15 – DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas e das variações patrimoniais diminutivas. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta apuração. Após apuração, o resultado é transferido para conta Superávit/Déficit do Exercício (anexo 14).

As Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA), equivaleram ao valor de R\$ 143.697,25 (cento e quarenta e três mil, seiscientos e noventa e sete reais e vinte cinco centavos) transferências intragovernamentais correspondem ao valor do Duodécimo recebido no período de janeiro a dezembro de 2022.

VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA (I)	R\$ 143.697,25
4.1 – impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00
4.2 - Contribuições	0,00
4.3 - Exploração e venda de bens, serviços e direitos	0,00
4.4 - Variações patrimoniais aumentativas financeiras	1.808,25
4.5 - Transferências e delegações recebidas (4.5.1 transferências recebidas a título de duodécimo).	141.889,00
4.6 - Valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos (4.6.1. Reavaliação de ativos, ganhos com	0,00

alienações, 4.6.2. Ganhos com alienações, 4.6.3. Incorporações, 4.6.4. Ganhos com desincorporação de passivos);	
4.7 - Outras variações patrimoniais aumentativas;	0,00

Já o valor das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) de R\$ 191.131,43 (cento e noventa e um mil, cento e trinta e um reais e quarenta e três centavos), correspondem a soma de:

VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA (II)	R\$ 191.131,43
3.1 - Pessoal e Encargos (composto pela liquidação dos elementos de despesa 3.1.90.11, 3.1.91.13 e 3.1.90.13);	0,00
3.2 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais (Aposentadorias, Pensões, benefícios continuados, benefícios eventuais);	0,00
3.3.1 - Uso de material de consumo (composto pela liquidação do elemento de despesa 3.3.90.30 menos o valor em almoxarifado em 31/12/2022);	148.127,18
3.3.2 - Serviços (composto pelos elementos de despesa: 3.3.90.14, 3.3.90.36, 3.3.90.39);	3.004,25
3.3.3 - Depreciação, Amortização e exaustão;	0,00
3.4 - Variações patrimoniais Diminutivas Financeiras;	0,00
3.5 - Transferências e Delegações concedidas	40.000,00
3.6 - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação Passivos (baixas de bens, perdas e reavaliações);	0,00
3.7 – Tributárias;	0,00
3.8 – Custo das mercadorias vendidas, dos produtos vendidos e dos serviços prestados;	0,00
3.9 – Outras variações patrimoniais diminutivas;	0,00
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I – II)	R\$ -47.434,18

Em 31/12/2022 após apuração VPA menos VPD, o resultado patrimonial apurado do período foi de R\$ -47.434,18 (Quarenta e sete mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e dezoito centavos).

NOTA 10 – NOTA EXPLICATIVA DO ANEXO 17 – DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

Nas colunas de movimento do exercício, os valores apresentados como inscrições representam os valores de restos a pagar inscritos no exercício, já o somatório das retenções representa as consignações retidas no mesmo período, contudo na coluna de baixas, representam o somatório dos pagamentos realizados ou cancelados na execução **(Referente ao**

detalhamento dos restos a pagar inscritos, pagos e cancelados podemos evidenciar nos itens XML 20; 21; 22;).

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO			SALDOS PARA EXERCÍCIO SEGUINTE
		RETENÇÕES / INSCRIÇÃO	BAIXA POR PAGAMENTOS	BAIXA POR CANCELAMENTOS	
RESTOS A PAGAR	1.003,53	0,00	498,42	0,00	505,11
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.003,53	0,00	498,42	0,00	505,11
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESCONTO JUDICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EMPRESTIMO CAIXA ECONOMICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.R.R.F	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ISSQN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NIPOASSIST	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PENSÃO ALIMENTICIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SINCARD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.003,53	0,00	498,42	0,00	505,11

NOTA 11 – NOTA EXPLICATIVA DO ANEXO 18 – DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA

A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) é elaborada pelo método direto e evidencia as alterações de caixa e equivalentes de caixa verificadas no exercício de referência, classificadas em fluxo de atividades das operações, de investimentos e de financiamento.

Os ingressos dos fluxos das operações compreendem as receitas arrecadadas pelo seu valor líquido relativas às atividades operacionais, as transferências recebidas e os outros ingressos operacionais. Houve ingressos no valor de R\$ 143.697,25 (cento e quarenta e três mil, seiscentos e noventa e sete reais e vinte cinco centavos).

Já os desembolsos das operações evidenciam as despesas pagas relativas às atividades operacionais, as transferências concedidas e os outros desembolsos operacionais, onde pode ser verificado um total de R\$ 151.629,85 (cento e cinquenta e um mil, seiscentos e vinte nove reais e oitenta e cinco centavos), assim perfazendo um fluxo de caixa líquido R\$ -7.932,60 (sete mil novecentos e trinta e dois reais e sessenta centavos).

Já nos fluxos de caixa das atividades de investimento e financiamento não houve movimentação, ao qual encerra-se a geração líquida de caixa e equivalente de caixa em R\$ 7.468,66 (sete mil, quatrocentos e sessenta e oito

reais e sessenta e seis centavos), o qual está em conformidade com o ativo circulante no anexo 14.

Fatima do Sul – MS, 04 de maio de 2023.



Luiz Gonzaga Guimarães Wanderley
Contador (a)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**EXERCÍCIO DE 2022****1 – INTRODUÇÃO**

Tendo em vista as inovações da Contabilidade no Setor Público, o Poder Executivo Municipal vem adequando-se gradativamente para atender as exigências TCE/MS – Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul.

Assim sendo, os Demonstrativos Contábeis do **FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR**, foram elaborados em conformidade com a Lei 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000 e o MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 9ª edição, atendendo às exigências da STN e do Manual de Peças Obrigatórias (Resolução nº 88, de 03 de outubro 2018), respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na Legislação vigente e Normas do Conselho Federal de Contabilidade e em conformidade a NOTA TÉCNICA CNM Nº 03/2022 – CNM (Confederação Nacional dos Municípios) .

Além dessas informações de caráter geral, este documento também contém explicações e demonstrações contábeis do Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstrações das Variações Patrimoniais e Demonstrações dos Fluxos de Caixa. Todos os registros contábeis do exercício financeiro 2022, foram executados através de sistema informatizado, fornecido por Staf Sistemas Ltda, que tem como atividade principal o desenvolvimento e locação de software, cuja ferramenta é adequado ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

2 – INFORMAÇÕES DA NOTA EXPLICATIVA**2.1) INFORMAÇÕES GERAIS:**

- a) O FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR/MS, é dotada de personalidade jurídica de direito público e de autonomia administrativa, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, sobre o CNPJ 30.840.416/0001-89.
- b) Localizada na Rua Ipiranga, 800, Centro – cidade de Fátima do Sul/MS.
- c) Principais Atividades da entidade é exercer funções, receber e distribuir recursos financeiros para realização de atividades ou projetos municipais específicos, conforme a lei de criação do fundo 1.069, de dezembro de 2010.
- d) A Contabilidade Aplicada ao Setor Público tem como objetivo fornecer aos seus usuários informações sobre os resultados alcançados e outros dados de natureza orçamentária, econômica, patrimonial e financeira da entidade do setor público, em

apoio ao processo de tomada de decisão, à adequada prestação de contas, à transparência da gestão fiscal e à instrumentalização do controle social.

e) Este órgão Municipal, controla apenas a unidade Fundo Municipal de proteção e defesa do consumidor/MS.

f) O Orçamento do Fundo Municipal de Investimento Social de Fátima do Sul/MS, foi aprovado conforme a Lei nº 1.320 de 16/12/2021, para o exercício de 2022, fixou a receita no valor de R\$ 153.000,00 (cento e cinquenta e três mil reais) e a Despesa em R\$ 153.000,00 (cento e cinquenta e três mil reais) para os dispêndios de custeios e investimento de despesas normais.

NOTA 3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1) PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: As Demonstrações Contábeis deste fundo Municipal, a seguir transcritas, contemplam a execução do Orçamento Fiscal, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2022, e constituem-se dos Balanços Patrimonial, Orçamentário, Financeiro, das Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira e contábil. Foram elaboradas em conformidade com a Lei nº. 4.320/64 e suas alterações e em conformidade com as NBCASP e PCASP vigente. Aos registros contábeis adotou-se o regime de caixa para as transferências recebidas fundo a fundo e receitas e de competência para as despesas realizadas.

As principais políticas contábeis adotadas são:

- **As disponibilidades de caixa**, são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, as aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original e atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.
- **Os estoques de materiais de consumo**, bem como suas saídas são avaliados com base no valor de aquisição.
- **Os gastos de distribuição**, de administração geral e financeiros são considerados como despesas do período em que ocorrerem.
- **O ativo imobilizado**, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação. No tocante ao registro contábil dos bens imóveis, a política de gestão e controle patrimonial é de centralização dos bens da administração direta na unidade gestora do Fundo Patrimonial.
- **O ativo intangível**, corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. É mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição ou

de produção, ou, ainda, pelo custo estimado de reposição na mensuração de softwares preexistentes. Em se tratando de ativos intangíveis obtidos a título gratuito, o valor inicial é o resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação.

• O **método adotado de depreciação dos bens móveis foi o linear** que considera que o bem será usado de forma constante durante toda a sua vida útil, e que não haverá mudança no valor residual. No caso deste, a classe do imobilizado teve sua vida útil econômica de 10 anos, e o valor residual de 10%, conforme o processo de convergência da contabilidade pública municipal parte 2 da CNM, onde nesta mesma portaria diz que normalmente, os bens em uso na atividade operacional de um Município apresentam padrão de consumo uniforme, razão pela qual recomenda-se o uso do método linear, de fácil aplicação, onde são fixadas taxas constantes de depreciação ao longo do tempo de vida útil. **(caso tenha depreciação)**. As relações dos itens depreciados podem ser constatadas no **PDF nº 102 (Documentos Complementares)**.

• **Restos a Pagar**, os restos a pagar não processados e inscritos em exercícios anteriores e não liquidados até 31/12/2022, foram cancelados, com base no decreto do encerramento do exercício (refere-se aos procedimentos de fechamento anual orçamentário, financeiro e contábil a serem adotados pelos órgãos) Nº 102/2022 de 26 de outubro de 2022.

Os restos a pagar processados inscritos em exercício, quando liquidados, permanecem com status de restos a pagar processados a pagar, não foram cancelados em 31/12/2022 e permaneceram registrados no passivo financeiro.

• **Contabilização das Retenções para Fins Orçamentários**, O município adota a política contábil de registro das retenções na conta Crédito Empenhado Liquidado Pago no momento da retenção. Ou seja, orçamentariamente, a parte da despesa relativa à retenção é considerada paga no momento em que se efetua a retenção, pois se considera que a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro. O MCASP faculta aos entes a política contábil para o registro orçamentário de suas retenções.

• **Apuração do Resultado**, os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes, sendo as receitas orçamentárias reconhecidas pelo regime de caixa e as despesas orçamentárias pelo empenho no exercício. Já as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas são inscritas em restos a pagar. As variações patrimoniais aumentativas e diminutivas foram reconhecidas de acordo com o seu fato gerador, quando não reportado de forma diversa.

NOTA 4 – BASE DE MENSURAÇÃO

4.1) BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com observância dos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Portarias da STN (Manual

de Contabilidade Aplicada ao Setor Público), as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) expedidas pela STN, e demais disposições normativas vigentes.

A estrutura e a composição das demonstrações contábeis geradas através do XML e PDF disponibilizadas pelo TCE/MS estão de acordo com as bases constituídas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, essas demonstrações são compostas por:

- Anexo 12 Balanço Orçamentário;
- Anexo 13 Balanço Financeiro;
- Anexo 14 Balanço Patrimonial;
- Anexo 15 Demonstrativo das Variações Patrimoniais
- Anexo 17 Demonstrativo da Dívida Flutuante
- Anexo 18 Demonstrativo dos Fluxos de Caixa
- Documentos complementares.

NOTA 5 – OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

5.1) Conselho Municipal: O conselho municipal do fundo, nomeado através do decreto nº 064/gp/21, de 30 de abril de 2021, reuniram-se, e aprovaram as contas do exercício por Unanimidade, devido apresentação dos balancetes mensais de receitas e despesas, através do parecer anexo.

5.2) Cadastro dos Responsáveis:

RESPONSABILIDADE	NOME	CPF	PERIODO
PREFEITO	Ilda Salgado Machado	559.007.201-87	01/01/21-31/12/24
ORDENADOR DESPESA	Simone Cristina Zalamena Maciel Cezar	023.023.191-84	01/01/21-31/12/24
CONTROLADOR INTERNO	Isabel Inês Pivetta	480.791.381-68	05/01/21-31/12/24
CONTADOR	Luiz Gonzaga Guimarães Wanderley	308.857.791-34	01/01/21-31/12/24
PROCURADOR JURIDICO	Bruno Henrique Caetano dos Santos	070.038.609-29	10/03/21-31/12/24

As documentações pertinentes a comprovações das nomeações dos responsáveis, encontra-se anexo ao balanço.

NOTA 6 – NOTA EXPLICATIVA ANEXO 12 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

6.1) Demonstrativos da Receita Orçamentária: A receita estimada para a Fundo municipal, foi de R\$ R\$ 153.000,00 (cento e cinquenta e três mil reais), e a efetivamente executada/arrecadada foi no valor de R\$ 104.286,55 (cento e quatro mil duzentos e oitenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos) que corresponde 68,16 % da receita total prevista.

CLASSIFICAÇÃO	PREVISÃO ORÇADA	%	EXECUTADA	%
RECEITAS CORRENTES	153.000,00	100,00	104.286,55	100,00
RECEITA PATRIMONIAL	3.000,00		47.763,86	
RECEITA DE SERVIÇOS	150.000,00		56.522,69	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES				
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	-	0,00	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO				
DÉFICIT	0,0	-	0,0	
TOTAL	153.000,00	100,00	104.286,55	100,00
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)				
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais				
Reabertura de Créditos Adicionais				

6.2) Demonstrativos Despesas Orçamentárias por Grupo; as despesas orçamentárias empenhadas do período corresponderam a R\$ 153.000,00 (cento e cinquenta e três mil reais). Desse valor, R\$ 16.500,00 (dezesesseis mil e quinhentos reais) referem-se às despesas correntes.

DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL	CREDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADA	DESPESA PAGADA
3 – DESPESAS CORRENTES	16.500,00	7.000,00	23.500,00	16.749,65	16.749,65	16.749,65
4 – DESPESAS DE CAPITAL	7.000,00	0,00	0,00	16.749,65	16.749,65	16.749,65
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	23.500,00	7.000,00	23.500,00	16.749,65	16.749,65	16.749,65
GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS						

1 – PESSOAL E ENCARGOS	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – JUROS E ENCARGOS DE DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.500,00	23.500,00	16.749,65	16.749,65	16.749,65	16.749,65
4 – INVESTIMENTOS	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 – INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 – AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	23.500,00	7.000,00	16.749,65	16.749,65	16.749,65	16.749,65

6.4) Demonstrativo de abertura de Créditos adicionais; conforme demonstrativo a baixo, foram abertos créditos adicionais em atendimento ao art. 42 e art. 43, §1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, e a despesa inicialmente fixada de R\$ 23.500,00 não foi alterada.

DECRETO	TIPO	ANULAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	VALOR
2.022	Suplementar por Anulação	5.000,00	5.000,00	0,00
8.622	Suplementar por Anulação	7.000,00	7.000,00	0,00
12.122	Suplementar por Anulação	5.000,00	5.000,00	0,00
TOTAL		17.000,00	17.000,00	0,00

Evidenciamos que não houve alteração no valor da dotação inicial da atualizada no orçamento.

NOTA 7 – NOTA EXPLICATIVA DO ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

O balanço financeiro tem como finalidade evidenciar as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas por fonte/destinação de recursos. Destaca, ainda, os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que transferem para o início do exercício seguinte.

Nos ingressos (entradas) houve receitas orçamentárias no valor de R\$ 104.286,55 (cento e quatro mil duzentos e oitenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos).

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS (I)	104.286,55	169.284,36	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS (VI)	16.749,65	13.578,87
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	0,00	0,00
RECEBIMENTOS EXTRAS-ORÇAMENTÁRIOS (III)	0,00	0,00	PAGAMENTOS EXTRAS-ORÇAMENTÁRIOS (VIII)	0,00	0,00
SALDOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	476.500,08	320.794,59	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	564.036,98	476.500,08
TOTAL (V)	580.786,63	490.078,95	TOTAL (X)	580.786,63	490.078,95

Nos dispêndios (saídas) o valor das despesas orçamentárias corresponde ao valor de R\$ 16.749,65 (dezesesseis mil setecentos e quarenta e nove reais e sessenta e cinco centavos), (conforme anexo 11 – despesas empenhadas/liquidadas e demonstrado no item 6.2 desta nota explicativa). Não houve transferências financeiras concedidas. E não houve pagamentos os pagamentos extraorçamentários a títulos de consignações.

O saldo contábil apresentado na conta do exercício anterior (2021) em Caixa e equivalentes de Caixa foi de R\$ 476.500,08, assim como saldo bancário do exercício 2022 no extrato bancário demonstrou saldo total de R\$ 564.036,98 (quinhentos e sessenta e quatro mil, trinta e seis reais e noventa e oito centavos), (**conforme comprovante anexado em PDF ao item 104 extrato bancário com saldo em 31 de dezembro 2022.**)

NOTA 8 – NOTA EXPLICATIVA DO ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

O balanço patrimonial evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública ao final do exercício, e esse é o principal anexo de um órgão em função da dimensão e da natureza dos valores envolvidos nos ativos e passivos.

ATIVO	PASSIVO
-------	---------

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ATIVO CIRCULANTE	564.036,98	476.500,08	PASSIVO CIRCULANTE	0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00
			PATRIMONIO LIQUIDO	564.036,98	476.500,08
TOTAL	564.036,98	476.500,08	TOTAL	564.036,98	476.500,08

ATIVO - Compreende os recursos controlados por uma entidade como consequência de eventos passados e dos quais se espera que fluam benefícios econômicos ou potencial de serviços futuros a unidade.

ATIVO CIRCULANTE- R\$ 564.036,98

1.1.1.0.0.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa – R\$ 564.036,98, compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

ATIVO NÃO CIRCULANTE - R\$ 0,00

PASSIVO - Passivo compreende as obrigações existentes da entidade oriundas de eventos passados de cuja liquidação se espera que resulte em fluxo de saída de recursos que incorporem benefícios econômicos ou serviços em potencial. Patrimônio líquido compreende a diferença entre o ativo e o passivo.

PASSIVO CIRCULANTE – R\$ 0,00

PASSIVO NÃO CIRCULANTE – R\$ 0,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO – R\$ 564.036,90

2.3.7.1.1.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício – R\$ 87.536,90, corresponde ao resultado do período, apurado no Anexo 15 – Demonstração das variações Patrimoniais;

2.3.7.1.1.02.00 - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores – R\$ 476.500,08, corresponde ao resultado apurado no exercício anterior;

NOTA 9 – NOTA EXPLICATIVA DO ANEXO 15 – DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas e das variações patrimoniais diminutivas. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta apuração. Após apuração, o resultado é transferido para conta Superávit/Déficit do Exercício (anexo 14).

As Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA), equivaleram ao valor de R\$ 104.286,55 (cento e quatro mil duzentos e oitenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos) transferências intragovernamentais correspondem ao valor do Duodécimo recebido no período de janeiro a dezembro de 2022.

VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA (I)	R\$ 104.286,55
4.1 – impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00
4.2 - Contribuições	0,00
4.3 - Exploração e venda de bens, serviços e direitos	56.522,69
4.4 - Variações patrimoniais aumentativas financeiras	47.763,86
4.5 - Transferências e delegações recebidas (4.5.1 transferências recebidas a título de duodécimo).	0,00
4.6 - Valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos (4.6.1. Reavaliação de ativos, ganhos com alienações, 4.6.2. Ganhos com alienações, 4.6.3. Incorporações, 4.6.4. Ganhos com desincorporação de passivos);	0,00
4.7 - Outras variações patrimoniais aumentativas;	0,00

Já o valor das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) de R\$ 16.749,65 (dezesesseis mil e setecentos e quarenta e nove reais e sessenta e cinco centavos), correspondem a soma de:

VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA (II)	R\$ 16.749,65
3.1 - Pessoal e Encargos (composto pela liquidação dos elementos de despesa 3.1.90.11, 3.1.91.13 e 3.1.90.13);	0,00
3.2 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais (Aposentadorias, Pensões, benefícios continuados, benefícios eventuais);	0,00
3.3.1 - Uso de material de consumo (composto pela liquidação do elemento de despesa 3.3.90.30 menos o valor em almoxarifado em 31/12/2022);	16.104,75
3.3.2 - Serviços (composto pelos elementos de despesa: 3.3.90.14, 3.3.90.36, 3.3.90.39);	644,90
3.3.3 - Depreciação, Amortização e exaustão;	0,00
3.4 - Variações patrimoniais Diminutivas Financeiras;	0,00
3.5 - Transferências e Delegações concedidas	0,00
3.6 - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação Passivos (baixas de bens, perdas e reavaliações);	0,00
3.7 – Tributárias;	0,00
3.8 – Custo das mercadorias vendidas, dos produtos vendidos e dos serviços prestados;	0,00

3.9 – Outras variações patrimoniais diminutivas;	0,00
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I – II)	R\$ 87.536,90

Em 31/12/2022 após apuração VPA menos VPD, o resultado patrimonial apurado do período foi de R\$ 87.536,90 (oitenta e sete mil quinhentos e trinta e seis reais e noventa centavos).

NOTA 10 – NOTA EXPLICATIVA DO ANEXO 17 – DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

Nas colunas de movimento do exercício, os valores apresentados como inscrições representam os valores de restos a pagar inscritos no exercício, já o somatório das retenções representa as consignações retidas no mesmo período, contudo na coluna de baixas, representam o somatório dos pagamentos realizados ou cancelados na execução **(Referente ao detalhamento dos restos a pagar inscritos, pagos e cancelados podemos evidenciar nos itens XML 20; 21; 22;).**

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO			SALDO S PARA EXERCÍCIO SEGUINTE
		RETENÇÕES / INSCRIÇÃO	BAIXA POR PAGAMENTOS	BAIXA POR CANCELAMENTOS	
RESTOS A PAGAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESCONTO JUDICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EMPRESTIMO CAIXA ECONÔMICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
I.R.R.F.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ISSQN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NIPOASSIST	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PENSÃO ALIMENTÍCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SINCARD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

NOTA 11 – NOTA EXPLICATIVA DO ANEXO 18 – DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA

A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) é elaborada pelo método direto e evidencia as alterações de caixa e equivalentes de caixa verificadas no exercício de referência, classificadas em fluxo de atividades das operações, de investimentos e de financiamento.

Os ingressos dos fluxos das operações compreendem as receitas arrecadadas pelo seu valor líquido relativas às atividades operacionais, as transferências recebidas e os outros ingressos operacionais. Houve ingressos no valor de R\$ 104.286,55 (cento e quatro mil duzentos e oitenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos).

Já os desembolsos das operações evidenciam as despesas pagas relativas às atividades operacionais, as transferências concedidas e os outros desembolsos operacionais, onde pode ser verificado um total de R\$ 16.749,65 (dezesesseis mil, setecentos e quarenta e nove reais e sessenta e cinco centavos), assim perfazendo um fluxo de caixa líquido R\$ 87.536,90 (oitenta e sete mil quinhentos e trinta e seis reais e noventa centavos).

Já nos fluxos de caixa das atividades de investimento e financiamento não houve movimentação, ao qual encerra-se a geração líquida de caixa e equivalente de caixa em R\$ 564.036,98 (quinhentos e sessenta e quatro mil e trinta e seis reais e noventa e oito centavos), o qual está em conformidade com o ativo circulante no anexo 14.

Fátima do Sul – MS, 09 de maio de 2023.



Luiz Gonzaga Guimarães Wanderley
Contador (a)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIO DE 2022

1 – INTRODUÇÃO

Tendo em vista as inovações da Contabilidade no Setor Público, o Poder Executivo Municipal vem adequando-se gradativamente para atender as exigências TCE/MS – Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul.

Assim sendo, os Demonstrativos Contábeis do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, foram elaborados em conformidade com a Lei 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000 e o MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 9ª edição, atendendo às exigências da STN e do Manual de Peças Obrigatórias (Resolução nº 88, de 03 de outubro 2018), respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na Legislação vigente e Normas do Conselho Federal de Contabilidade e em conformidade a NOTA TÉCNICA CNM Nº 03/2022 – CNM (Confederação Nacional dos Municípios).

Além dessas informações de caráter geral, este documento também contém explicações e demonstrações contábeis do Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstrações das Variações Patrimoniais e Demonstrações dos Fluxos de Caixa. Todos os registros contábeis do exercício financeiro 2022, foram executados através de sistema informatizado, fornecido por Staf Sistemas Ltda, que tem como atividade principal o desenvolvimento e locação de software, cuja ferramenta é adequado ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

2 – INFORMAÇÕES DA NOTA EXPLICATIVA

2.1) INFORMAÇÕES GERAIS:

a) O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/MS, é dotada de personalidade jurídica de direito público e de autonomia administrativa, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, sobre o CNPJ 11.968.869/0001-40.

b) Localizada na Rua Ipiranga, 800, Centro – cidade de Fátima do Sul/MS.

c) Principais Atividades da entidade é exercer funções, receber e distribuir recursos financeiros para realização de atividades ou projetos municipais específicos, conforme a lei de criação nº 605 de 26 de junho de 1991.

d) A Contabilidade Aplicada ao Setor Público tem como objetivo fornecer aos seus usuários informações sobre os resultados alcançados e outros dados de natureza orçamentária, econômica, patrimonial e financeira da entidade do setor público, em apoio ao processo de tomada de decisão, à adequada prestação de contas, à transparência da gestão fiscal e à instrumentalização do controle social.

e) Este órgão Municipal, controla apenas a unidade Fundo Municipal de Saúde/MS.

f) O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Fátima do Sul/MS, foi aprovado conforme a Lei nº 1.320 de 16/12/2021, para o exercício de 2022, fixou a receita no valor de R\$ 6.818.000,00 (seis milhões e oitocentos e dezoito mil reais) e a Despesa em R\$ 17.813.000,00 (dezessete milhões e oitocentos e treze mil reais para os dispêndios de custeios e investimento de despesas normais.

NOTA 3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1) PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: As Demonstrações Contábeis deste fundo Municipal, a seguir transcritas, contemplam a execução do Orçamento Fiscal, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2022, e constituem-se dos Balanços Patrimonial, Orçamentário, Financeiro, das Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira e contábil. Foram elaboradas em conformidade com a Lei nº. 4.320/64 e suas alterações e em conformidade com as NBCASP e PCASP vigente. Aos registros contábeis adotou-se o regime de caixa para as transferências recebidas fundo a fundo e receitas e de competência para as despesas realizadas.

As principais políticas contábeis adotadas são:

- **As disponibilidades de caixa**, são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, as aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original e atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

- **Os estoques de materiais de consumo**, bem como suas saídas são avaliados com base no valor de aquisição.

- **Os gastos de distribuição**, de administração geral e financeiros são considerados como despesas do período em que ocorrerem.
- **O ativo imobilizado**, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação. No tocante ao registro contábil dos bens imóveis, a política de gestão e controle patrimonial é de centralização dos bens da administração direta na unidade gestora do Fundo Patrimonial.
- **O ativo intangível**, corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. É mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição ou de produção, ou, ainda, pelo custo estimado de reposição na mensuração de softwares preexistentes. Em se tratando de ativos intangíveis obtidos a título gratuito, o valor inicial é o resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação.
- O **método adotado de depreciação dos bens móveis foi o linear** que considera que o bem será usado de forma constante durante toda a sua vida útil, e que não haverá mudança no valor residual. No caso deste, a classe do imobilizado teve sua vida útil econômica de 10 anos, e o valor residual de 10%, conforme o processo de convergência da contabilidade pública municipal parte 2 da CNM, onde nesta mesma portaria diz que normalmente, os bens em uso na atividade operacional de um Município apresentam padrão de consumo uniforme, razão pela qual recomenda-se o uso do método linear, de fácil aplicação, onde são fixadas taxas constantes de depreciação ao longo do tempo de vida útil. **(caso tenha depreciação)**. As relações dos itens depreciados podem ser constatadas no **PDF nº 102 (Documentos Complementares)**.
- **Restos a Pagar**, os restos a pagar não processados e inscritos em exercícios anteriores e não liquidados até 31/12/2022, foram cancelados, com base no decreto do encerramento do exercício (refere-se aos procedimentos de fechamento anual orçamentário, financeiro e contábil a serem adotados pelos órgãos) Nº 102/2022 de 26 de outubro de 2022.

Os restos a pagar processados inscritos em exercício, quando liquidados, permanecem com status de restos a pagar processados a pagar, não foram cancelados em 31/12/2022 e permaneceram registrados no passivo financeiro.
- **Contabilização das Retenções para Fins Orçamentários**, O município adota a política contábil de registro das retenções na conta Crédito Empenhado

Liquidado Pago no momento da retenção. Ou seja, orçamentariamente, a parte da despesa relativa à retenção é considerada paga no momento em que se efetua a retenção, pois se considera que a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro. O MCASP faculta aos entes a política contábil para o registro orçamentário de suas retenções.

- **Apuração do Resultado**, os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes, sendo as receitas orçamentárias reconhecidas pelo regime de caixa e as despesas orçamentárias pelo empenho no exercício. Já as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas são inscritas em restos a pagar. As variações patrimoniais aumentativas e diminutivas foram reconhecidas de acordo com o seu fato gerador, quando não reportado de forma diversa.

NOTA 4 – BASE DE MENSURAÇÃO

4.1) BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com observância dos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Portarias da STN (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público), as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) expedidas pela STN, e demais disposições normativas vigentes.

A estrutura e a composição das demonstrações contábeis geradas através do XML e PDF disponibilizadas pelo TCE/MS estão de acordo com as bases constituídas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, essas demonstrações são compostas por:

- Anexo 12 Balanço Orçamentário;
- Anexo 13 Balanço Financeiro;
- Anexo 14 Balanço Patrimonial;
- Anexo 15 Demonstrativo das Variações Patrimoniais
- Anexo 17 Demonstrativo da Dívida Flutuante
- Anexo 18 Demonstrativo dos Fluxos de Caixa
- Documentos complementares.

NOTA 5 – OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

5.1) Conselho Municipal: O conselho municipal do fundo, nomeado através do decreto nº 030, reuniram-se, e aprovaram as contas do exercício por Unanimidade, devido apresentação dos balancetes mensais de receitas e despesas, através do parecer anexo.

5.2) Cadastro dos Responsáveis:

RESPONSABILIDADE	NOME	CPF	PERÍODO
PREFEITO	Ilda Salgado Machado	559.007.201-87	01/01/21-31/12/24
ORDENADOR DESPESA	Ludelca Dorneles dos Santos	799.679.491-04	01/02/21-31/12/24
CONTROLADOR INTERNO	Isabel Inês Pivetta	480.791.381-68	05/01/21-31/12/24
CONTADOR	Luiz Gonzaga Guimarães Wanderley	308.857.791-34	01/01/21-31/12/24
PROCURADOR JURIDICO	Bruno Henrique Caetano dos Santos	070.038.609-29	10/03/21-31/12/24

As documentações pertinentes a comprovações das nomeações dos responsáveis, encontra-se anexo ao Balanço.

NOTA 6 – NOTA EXPLICATIVA ANEXO 12 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

6.1) Demonstrativos da Receita Orçamentária: A receita estimada para a Fundo municipal, foi de R\$ 6.818.000,00 (seis milhões e oitocentos e dezoito mil reais), e a efetivamente executada/arrecadada foi no valor de R\$ 8.416.790,24 (oito milhões, quatrocentos e dezesseis mil, setecentos e noventa reais e vinte e quatro centavos) que corresponde 123,45% da receita total prevista.

CLASSIFICAÇÃO	PREVISÃO ORÇADA	%	EXECUTADA	%
RECEITAS CORRENTES	5.621.000,00	31,56	8.416.790,24	37,19
RECEITA PATRIMONIAL	24.000,00		205.591,89	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.597.000,00		8.210.946,41	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00		251,94	
RECEITAS DE CAPITAL	1.197.000,00	6,72	0,00	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO	0,00		0,00	
DÉFICIT	10.995.000,00	61,72	14.217.981,90	62,81
TOTAL	17.813.000,00	100,00	22.634.772,14	100,00
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	-	2.317.312,17	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	-	2.317.312,17	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-

6.2) Demonstrativos Despesas Orçamentárias por Grupo; as despesas orçamentárias empenhadas do período corresponderam a R\$ 22.634.772,14 (vinte e dois milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, setecentos e setenta e

dois reais e quatorze centavos). Desse valor, R\$ 22.147.460,34 (vinte e dois milhões, cento e quarenta e sete mil, quatrocentos e sessenta reais e trinta e quatro centavos) referem-se às despesas correntes, e R\$ 487.311,80 (quatrocentos e oitenta e sete mil, trezentos e onze reais e oitenta centavos), diz respeito às despesas de capital.

DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL	CREDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADADA	DESPESA PAGA
3 – DESPESAS CORRENTES	16.089.000,00	6.545.890,15	22.634.890,15	22.147.460,34	21.967.973,96	21.827.417,28
4 – DESPESAS DE CAPITAL	1.724.000,00	- 334.788,20	1.389.211,80	487.311,80	177.311,80	177.311,80
9 – RESERVA DE CONTIGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	17.813.000,00	6.211.101,95	24.024.101,95	22.634.772,14	22.145.285,76	22.004.729,08
GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS						
1 – PESSOAL E ENCARGOS	9.557.500,00	4.787.928,03	14.345.428,03	14.216.898,40	14.216.898,40	14.088.916,92
2 – JUROS E ENCARGOS DE DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.531.500,00	1.757.962,12	8.289.462,12	7.930.561,94	7.751.075,56	7.738.500,36
4 – INVESTIMENTOS	1.724.000,00	- 334.788,20	1.389.211,80	487.311,80	177.311,80	177.311,80
5 – INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 – AMORTIZAÇÃO DE DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9 – RESERVA DE CONTIGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	17.813.000,00	6.211.101,95	24.024.101,95	22.634.772,14	22.145.285,76	22.004.729,08

6.3) Demonstrativo de abertura de Créditos adicionais; conforme demonstrativo a baixo, foram abertos créditos adicionais em atendimento ao art. 42 e art. 43, §1º, inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, e a despesa inicialmente fixada de R\$ 17.813.000,00 foi alterada para R\$ 24.024.101,95.

DECRETO	TIPO	ANULAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO	VALOR
222	Suplementar por Anulação	330.000,00	330.000,00	-
322	Especial por Superávit	0,00	0,00	1.515.998,46
1.422	Especial por Superávit	0,00	0,00	765.250,00
1.722	Suplementar por Anulação	40.000,00	40.000,00	-
2.422	Suplementar por Anulação	165.000,00	165.000,00	-
2.822	Especial por Superávit	0,00	0,00	9.745,62
3.622	Suplementar por Anulação	108.100,00	108.100,00	-
3.922	Especial por Superávit	0,00	0,00	249.228,44
4.722	Suplementar por Anulação	680.000,00	680.000,00	-
5.822	Suplementar por Anulação	243.000,00	243.000,00	-
6.422	Suplementar por Excesso	0,00	0,00	391.000,00
6.522	Suplementar por Anulação	45.000,00	45.000,00	-
7.522	Suplementar por Anulação	330.200,00	330.200,00	-
8.222	Suplementar por Excesso	0,00	0,00	1.348.881,50
8.322	Suplementar por Anulação	105.750,00	105.750,00	-
9.422	Suplementar por Anulação	1.015.100,00	1.015.100,00	-
9.722	Suplementar por Excesso	0,00	0,00	541.548,50
11.122	Suplementar por Anulação	633.000,00	633.000,00	-
11.922	Suplementar por Excesso	0,00	0,00	1.389.449,43
12.422	Suplementar por Anulação	935.366,49	935.366,49	-
TOTAL		4.630.516,49	4.630.516,49	6.211.101,95

Evidenciamos que o valor de dotação orçamentaria suplementado no Fundo Municipal foi de R\$ 6.211.101,95, perfazendo um aumento da dotação inicial da atualizada no orçamento, no valor de R\$ 6.211.101,95.

NOTA 7 – NOTA EXPLICATIVA DO ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

O balanço financeiro tem como finalidade evidenciar as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas por fonte/destinação de recursos. Destaca, ainda, os ingressos e dispêndios extra-orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que transferem para o início do exercício seguinte.

Nos ingressos (entradas) houve receitas orçamentárias no valor de R\$ 8.416.790,24 (oito milhões, quatrocentos e dezesseis mil, setecentos e noventa reais e vinte e quatro centavos), transferências financeiras recebidas no valor de R\$ 12.876.882,63 (doze milhões, oitocentos e setenta e seis mil, oitocentos e oitenta e dois reais e sessenta e três centavos) a título de repasse interferências financeiras entre entidades de janeiro a dezembro de 2022. Houve recebimentos extra-orçamentários no valor de R\$ 5.437.811,36 (cinco milhões, quatrocentos e trinta e sete mil, oitocentos e onze reais e trinta e seis centavos).

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS (I)	8.416.790,24	8.829.162,03	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS (VI)	22.634.772,14	18.103.956,54
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	12.876.882,63	10.285.142,99	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	0,00	0,00
RECEBIMENTOS EXTRAS-ORÇAMENTÁRIOS (III)	5.437.811,36	8.898.182,67	PAGAMENTOS EXTRAS-ORÇAMENTÁRIOS (VIII)	5.033.996,35	8.490.932,94
SALDOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	3.136.642,07	1.719.043,86	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	2.199.357,81	3.136.642,07
TOTAL (V)	29.868.126,30	29.731.531,55	TOTAL (X)	29.868.126,30	29.731.531,55

Nos dispêndios (saídas) o valor das despesas orçamentárias corresponde ao valor de R\$ 22.634.772,14 (conforme anexo 11 – despesas empenhadas/liquidadas e demonstrado no item 6.2 desta nota explicativa). Não houve transferências financeiras concedidas. E os pagamentos extraorçamentários no valor de R\$ 5.033.996,35 (cinco milhões, trinta e três mil, novecentos e noventa e seis reais e trinta e cinco centavos).

O saldo contábil apresentado na conta do exercício anterior (2021) em Caixa e equivalentes de Caixa foi de R\$ 3.136.642,07, assim como saldo bancário do exercício 2022 no extrato bancário demonstrou saldo total de R\$ 2.199.357,81 (dois milhões, cento e noventa e nove mil, trezentos e cinquenta e sete reais e oitenta e um centavos), **conforme comprovante anexado em PDF ao item 104 extrato bancário com saldo em 31 de dezembro 2022.**

NOTA 8 – NOTA EXPLICATIVA DO ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

O balanço patrimonial evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública ao final do exercício, e esse é o

principal anexo de um órgão em função da dimensão e da natureza dos valores envolvidos nos ativos e passivos.

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ATIVO CIRCULANTE	2.497.398,76	3.461.354,61	PASSIVO CIRCULANTE	917.349,06	1.349.522,37
ATIVO CIRCULANTE NÃO	0,00	0,00	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00
			PATRIMONIO LÍQUIDO	1.580.049,70	2.111.832,24
TOTAL	2.497.398,76	3.461.354,61	TOTAL	2.497.398,76	3.461.354,61

ATIVO - Compreende os recursos controlados por uma entidade como consequência de eventos passados e dos quais se espera que fluam benefícios econômicos ou potencial de serviços futuros a unidade.

ATIVO CIRCULANTE- R\$ 2.497.398,76

1.1.1.0.0.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa – R\$ 2.199.357,81, compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

1.1.3.8.1.0.00.00 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo – R\$ 6.524,24, compreende valores diversos, tais como valores a receber por demais transações realizáveis no curto prazo de fornecedores e pessoal, contribuições e impostos a recolher e depósitos.

1.1.5.0.0.00.00 – Estoques – R\$ 291.516,71, compreende o valor de bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

PASSIVO - Passivo compreende as obrigações existentes da entidade oriundas de eventos passados de cuja liquidação se espera que resulte em fluxo de saída de recursos que incorporem benefícios econômicos ou serviços em potencial. Patrimônio líquido compreende a diferença entre o ativo e o passivo.

PASSIVO CIRCULANTE – R\$ 917.349,06

2.1.1.4.0.00.00 - Encargos Sociais a Pagar – R\$ 127.981,93, compreende as obrigações a curto prazo das unidades relativas a despesas incorridas e não pagas, em benefício de seus servidores, empregados e familiares,

compulsoriamente ou não, incluindo aquelas que se destinam ao financiamento da seguridade social de responsabilidade do poder público e as demais contribuições sociais.

2.1.3.1.1.00.00 – Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo – R\$ 61.716,59, compreende as obrigações junto a fornecedores nacionais de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços;

2.1.8.0.0.00.00 - Demais Obrigações a Curto Prazo – Consolidação – R\$ 727.650,54, compreende valores diversos, tais como valores retidos de fornecedores e pessoal, contribuições e impostos a recolher e depósitos e cauções recebidos.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO – R\$ 1.580.049,70

2.3.7.1.1.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício – R\$ -531.782,54, corresponde ao resultado do período, apurado no Anexo 15 – Demonstração das variações Patrimoniais;

2.3.7.1.1.02.00 - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores – R\$ 2.111.832,24, corresponde ao resultado apurado no exercício anterior.

NOTA 9 – NOTA EXPLICATIVA DO ANEXO 15 – DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas e das variações patrimoniais diminutivas. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta apuração. Após apuração, o resultado é transferido para conta Superávit/Déficit do Exercício (anexo 14).

As Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA), equivaleram ao valor de R\$ 21.800.052,47 (vinte e um milhões, oitocentos mil e cinquenta e dois reais e quarenta e sete centavos).

VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA (I)	R\$21.800.052,47
4.1 – Impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00
4.2 – Contribuições	0,00

4.3 - Exploração e venda de bens, serviços e direitos	0,00
4.4 - Variações patrimoniais aumentativas financeiras	205.591,89
4.5 - Transferências e delegações recebidas (4.5.1 transferências recebidas a título de duodécimo).	21.087.829,04
4.6 - Valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos (4.6.1. Reavaliação de ativos, ganhos com alienações, 4.6.2. Ganhos com alienações, 4.6.3. Incorporações, 4.6.4. Ganhos com desincorporação de passivos);	506.379,60
4.7 - Outras variações patrimoniais aumentativas;	251,94

Já o valor das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) de R\$ 22.331.835,01 (vinte e dois milhões, trezentos e trinta e um mil, oitocentos e trinta e cinco reais e um centavo), correspondem a soma de:

VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA (II)	R\$22.331.835,01
3.1 - Pessoal e Encargos (composto pela liquidação dos elementos de despesa 3.1.90.11, 3.1.91.13 e 3.1.90.13);	14.226.270,00
3.2 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais (Aposentadorias, Pensões, benefícios continuados, benefícios eventuais);	0,00
3.3.1 - Uso de material de consumo (composto pela liquidação do elemento de despesa 3.3.90.30 menos o valor em almoxarifado em 31/12/2021);	3.550.594,58
3.3.2 - Serviços (composto pelos elementos de despesa: 3.3.90.14, 3.3.90.36, 3.3.90.39);	2.580.454,90
3.3.3 - Depreciação, Amortização e exaustão;	0,00
3.4 - Variações patrimoniais Diminutivas Financeiras;	3,73
3.5 - Transferências e Delegações concedidas	1.974.511,80
3.6 - Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação Passivos (baixas de bens, perdas e reavaliações);	0,00
3.7 - Tributárias;	0,00
3.8 - Custo das mercadorias vendidas, dos produtos vendidos e dos serviços prestados;	0,00
3.9 - Outras variações patrimoniais diminutivas;	0,00
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I - II)	- R\$ 531.782,54

Em 31/12/2022 após apuração VPA menos VPD, o resultado patrimonial apurado do período foi de R\$ -531.782,54 (quinhentos e trinta e um mil, setecentos e oitenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos).

NOTA 10 – NOTA EXPLICATIVA DO ANEXO 17 – DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

Nas colunas de movimento do exercício, os valores apresentados como inscrições representam os valores de restos a pagar inscritos no exercício, já o somatório das retenções representa as consignações retidas no mesmo período, contudo na coluna de baixas, representam o somatório dos pagamentos realizados ou cancelados na execução **(Referente ao detalhamento dos restos a pagar inscritos, pagos e cancelados podemos evidenciar nos itens XML 20; 21; 22;).**

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO			SALDOS PARA EXERCÍCIO SEGUINTE
		RETENÇÕES / INSCRIÇÃO	BAIXA POR PAGAMENTOS	BAIXA POR CANCELAMENTOS	
RESTOS A PAGAR	892.950,18	630.043,06	271.499,52	572.308,82	679.184,90
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	665.464,41	140.556,68	109.942,97	506.379,60	189.698,52
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	227.485,77	489.486,38	161.556,55	65.929,22	489.486,38
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES	162.104,21	2.574.089,64	2.540.543,12	0,00	195.650,73
DÉBITOS DE TESOUREARIA	521.953,75	2.221.064,65	2.211.018,59	0,00	531.999,81
TOTAL	1.577.008,14	5.425.197,35	5.023.061,23	572.308,82	1.406.835,44

NOTA 11 – NOTA EXPLICATIVA DO ANEXO 18 – DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA

A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) é elaborada pelo método direto e evidencia as alterações de caixa e equivalentes de caixa verificadas no exercício de referência, classificadas em fluxo de atividades das operações, de investimentos e de financiamento.

Os ingressos dos fluxos das operações compreendem as receitas arrecadadas pelo seu valor líquido relativas às atividades operacionais, as transferências recebidas e os outros ingressos operacionais. Houve ingressos no valor de R\$ 24.992.592,26 (vinte e quatro milhões, novecentos e noventa e dois mil, quinhentos e noventa e dois reais e vinte e seis centavos).

Já os desembolsos das operações evidenciam as despesas pagas relativas às atividades operacionais, as transferências concedidas e os outros desembolsos operacionais, onde pode ser verificado um total de R\$ 24.876.282,36 (vinte e quatro milhões, oitocentos e setenta e seis mil, duzentos e oitenta e dois reais e trinta e seis centavos), sendo que os valores correspondem: R\$ 19.356.677,29 (dezenove milhões, trezentos e cinquenta e seus mil, seiscentos e setenta e sete reais e vinte e nove centavos) a pessoal e demais despesas, R\$ 2.742.239,51 (dois milhões, setecentos e quarenta e dois mil, duzentos e trinta e nove reais e cinquenta e um centavos) a transferências concedidas e R\$ 2.777.365,56 de outros desembolsos operacionais, assim

perfazendo um fluxo de caixa líquido - R\$ 759.972,46 (setecentos e cinquenta e nove mil, novecentos e setenta e dois reais e quarenta e seis centavos).

Já no fluxo de caixa das atividades e investimentos houve aquisição de material permanente no valor de R\$ 177.311,80, perfazendo um fluxo de caixa líquido - R\$ 177.311,80. Assim, encerra-se a geração líquida de caixa e equivalente de caixa em - R\$ 937.284,26 (novecentos e trinta e sete mil, duzentos e oitenta e quatro reais e vinte e seis centavos), o qual alcança um caixa e equivalente de caixa final de 2.199.357,81 (dois milhões, cento e noventa e nove mil, trezentos e cinquenta e sete reais e oitenta e um centavos) em conformidade com o ativo circulante no anexo 14.

Fátima do Sul – MS, 31 de dezembro de 2022.



Luiz Gonzaga Guimarães Wanderley
Contador (a)